

LEI Nº. 261/ 2016

"DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE PACARAIMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Autor:
Poder Executivo Municipal

Pacaraima – Roraima
2016

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº 261/2016 Pacaraima- RR, 19 de dezembro de 2016.

"DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE PACARAIMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Este Código estabelece normas de polícia administrativa municipal e comina penas aos infratores, que, por ação ou omissão, infringirem a legislação e os regulamentos do Município.

Art. 2º - As penas impostas pelo não cumprimento das disposições deste Código são as seguintes:

a) - Multa;

b) - Apreensão;

c) - Embargo.

Art. 3º - As multas consistem na imposição de pena pecuniária e deverá ser paga dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a partir da notificação, ou depositada na tesouraria, em caso de recurso, sob pena de cobrança judicial.

§ 1º - Da penalidade imposta poderá o infrator interpor recurso, ao Prefeito, dentro do prazo fixado neste artigo.

§ 2º - O valor da multa será vinculado ao valor referência, representado neste Código pela sigla UFM.

§ 3º - Sempre que a multa não estiver explicitamente consignada em Lei, será arbitrada pelo Prefeito.

Art. 4º- A apreensão consiste na tomada dos objetos que constituem a infração ou com os quais esta é praticada.

§ 1º - Se a apreensão for feita à bem da higiene, a coisa será encaminhada ao órgão municipal competente, sem prejuízo da multa imposta pela infração. Nos demais casos, se não houver liberação no prazo legal, coisa apreendida será vendida em leilão público, e, pagas à custa e demais despesas, o saldo será devolvido ao proprietário.

§ 2º - O direito ao saldo prescreve em um ano.

Art. 5º - O embargo consiste no impedimento de continuar fazendo qualquer coisa que venha em prejuízo da população ou de continuar praticando ato proibido por lei ou regulamentos municipais; o embargo não impede a aplicação concomitante de outras penas estabelecidas neste Código.

Art. 6º - A pena é de caráter pessoal; não obstante; os pais responderem pelos filhos menores; os tutores e curadores pelos seus pupilos e curatelados.

Art. 7º - Se alguém deixar de praticar ato ou fato a que esteja obrigado, a Municipalidade o fará, por conta do infrator, ressarcindo-se das respectivas despesas.

Art. 8º - Quando a infração for coletiva, a pena será aplicada ao cabeça ou cabeças individualmente.

Art. 9º - Ao infrator que incorrer, pelo mesmo fato, em mais de uma penalidade, aplicar-se-á a pena maior, aumentada de dois terços.

Art. 10 - A infração é provocada pelo respectivo auto lavrado por pessoa competente.

§ 1º - O auto de infração será lavrado e assinado em duas vias pelo autuante que ficará com a primeira via, entregando a segunda via ao autuado.

§ 2º - O auto de infração deverá conter:

a) - Nome do infrator, ou denominação que o identifique e a sua residência, sempre que possível;

b) - Designação do lugar, dia e hora que se deu à infração;

c) - Ato ou fato que constitui a infração;

d) - Amparo legal;

e) - Nome e residência das testemunhas se houver.

Art. 11 - Não encontrado o infrator para entrega da segunda via do auto de infração, será notificado pela imprensa ou por edital, para o pagamento da multa, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, ou para dela recorrer, sob pena de imediata cobrança judicial.

Art. 12 - Reincidência é a repetição do mesmo ato ou fato proibido pela legislação municipal.
Parágrafo Único - A reincidência agrava a pena, aumentando-a de um terço, sucessivamente.

Art. 13 - Os casos omissos neste Código serão resolvidos de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.

CAPÍTULO II

Dos Bens Públicos

Art. 14 - Os bens públicos municipais são:

a) - Os de uso comum do povo, tais como os rios, as estradas, ruas e praças;

b)- Os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos aplicados a serviço ou estabelecimento municipal;

c) -Os dominiais, isto é, os que constituem patrimônio do município como objeto de seu direito pessoal ou real.

Art. 15 - Todos podem utilizar-se livremente dos bens de uso comum, desde que respeitem os costumes, e tranquilidade alheia, os princípios de higiene e segurança pública, nos termos da legislação vigente.

Art. 16 - É permitido a todos o livre acesso aos bens de uso especial, nas horas de expediente ou de visitação pública.

Parágrafo Único - Somente terão acesso aos recintos de trabalho os servidores ou pessoas devidamente autorizadas.

Art. 17 - É dever de todo cidadão zelar pelos bens de uso comum, assistindo-lhes o direito de fiscalizar a sua utilização e evitar atos depredatórios.

Art. 18 - É proibido:

a) - Danificar os bens públicos;

b)- Andar armado no recinto das repartições, exceto nos casos permitidos expressamente;

c) - Promover desordem dentro das repartições, ou desacatar servidores no exercício de suas funções;

d) - Poluir ou obstruir cursos d'água, fontes, represas, lagos natural ou artificial, ou nas suas proximidades localizar privadas, cocheiras, estábulos ou outras instalações anti-higiênicas.

Art. 19. A infração de qualquer artigo deste capítulo, a carretará a imposição de multa que variam de 100 (cem) a 200 (duzentas) UFM (UNIDADE FISCAL MUNICIPAL).

CAPÍTULO III

Das Vias Públicas

Art. 20 - Vias públicas são caminhos abertos ao trânsito público, compreendendo as ruas, as avenidas, as alamedas, as travessas, os becos, as passagens, as galerias e as estradas.

Art. 21 - Os proprietários de imóveis situados em logradouros que possuem meio-fio são obrigados a calçar os passeios e a mantê-los em bom estado de conservação, de acordo com as normas ditadas pela municipalidade.

Parágrafo Único - Danificados os passeios ou outros logradouros, pela arborização das vias publicas, repará-los-á o município à sua custa.

Art. 22 - É proibido:

a) - Alterar o calçamento;

b) - Estacionar veículos de qualquer espécie em cima do calçamento público

c) - Remover os passeios, salvo para reparos, mediante prévia licença da municipalidade

d)- Fazer escavações nas vias públicas ou noutros logradouros;
e)- Podar, danificar ou destruir as árvores plantadas nos logradouros públicos.

Parágrafo Único - Se a destruição, ou o dano, não resultar de ato culposo, o responsável é obrigado apenas a reparar o dano, ficando isento de multa.

Art. 23 - Nas ruas arborizadas, os fios condutores de energia elétrica, telefônicos ou telegráficos, deverão ser estendidos à distância razoáveis das árvores ou convenientemente isolados.

Art. 24 - É proibido:

a) - Obstruir valetas, bueiros e calhas ou impedir o escoamento estabelecido;

b) - Encaminhar águas pluviais, para a via pública, quando nela existirem as respectivas redes coletoras.

Art. 25 – É proibido:

a) - Jogar lixo de qualquer espécie nas vias públicas ou noutros logradouros;

b) - Sacudir tapetes ou capachos das aberturas dos prédios para a via pública;

c) - Colocar nas janelas ou balaústres dos prédios, objetos que possam cair na via pública tais como: vasos, floreiras e outros;

d) - Colocar cartazes ou fazer qualquer espécie de propaganda nas paredes dos prédios, muros, cercas, postes e arvores sem prévia licença escrita de seus proprietários e devida autorização da municipalidade;

e) - Transportar areia, aterro, entulho, lixo, serragem, cascas de cereais, penas de aves e semelhantes em veículos carregados em excesso, ou sem as devidas precauções;

f) - Dar tiros ou fazer algazarra;

g) - Depositar nas vias públicas ou noutros logradouros, coisas ou objetos que impeçam ou dificultem o trânsito;

h) - Conduzir pelos passeios volumes que possam ferir ou incomodar os transeuntes;

i) - Construir rampas para acesso de veículos ou assentar trilhos destinados a trânsito de vagonetes, sem prévia licença da municipalidade;

j) - Fazer ligações elétricas de forma a embaraçar o livre trânsito;

k) - Fazer conserto de veículos nas vias públicas e logradouros, exceção dos casos de emergência;

l) - Fazer lavagem de veículos nas vias públicas.

Art. 26 - A propaganda partidária somente será permitida dentro das normas instituídas pelo Código Eleitoral.

Parágrafo Único - a Prefeitura indicará os locais destinados à propaganda, mediante cartazes e à realização de comícios.

A pena para a infração deste artigo – multa que vareia de 150 (cento e cinquenta) a 300 (trezentas) UFM (Unidade de Fiscal Municipal), além das penas impostas pelo Código Eleitoral.

Art. 27º - É proibido depositar lixo, destinado à coleta, em recipiente que não sejam de tipo apropriado pela municipalidade.

Art. 28º - É proibida a preparação de argamassa nos passeios ou na faixa de rolamento.

§ 1º - Quando não houver espaço suficiente para tal fim no interior da propriedade ou do tapume, poderá ela ser preparada na via pública, porém dentro das condições previstas no Código de Obras;

§ 2º. Os passeios fronteiros às construções devem ser conservados em condições de transitabilidade.

Art. 29º. Toda demolição ou construção deverá ser cercada com tapume de madeira e tomadas as providências, a fim de que a poeira ou os detritos não prejudique a coletividade.

§ 1º. O espaço fronteiro à construção ou demolição, ocupado pelo tapume a que se refere este artigo, não poderá exceder a metade da largura da calçada, na forma prevista no Código de Obras ou no código de Postura do Município;

§ 2º. É proibida a permanência de materiais de construção ou demolição nas vias públicas, por tempo superior ao necessário ao seu recolhimento e transporte;

§ 3º. O transporte de materiais da via pública para as construções ou das demolições para a via pública só é permitido sobre pranchas;

Art. 30º. Compete aos moradores conservar limpos os passeios fronteiros às suas residências.

Art. 31º. É proibido o depósito de caixas ou quaisquer objetos, nas calçadas ou passeios, exceto no momento de carregar ou descarregar veículos e de modo a não interromper o trânsito.

Art. 32º. É proibido:

a) - Quebrar postes ou lâmpadas elétricas, bem como cortar fios da iluminação pública, ou danifica-los de qualquer modo.

Art. 33º. Nos pontos de táxis e nos locais de estacionamento de ônibus, bem como nos locais de engraxates e vendedores de frutas estacionados nas vias públicas e noutros logradouros, é obrigatória a colocação de recipientes para o depósito de lixo.

Art. 34º. Quem, de qualquer modo, danificar o calçamento ou passeio ficará obrigado a reparar o dano, sob pena de ser executado no valor do mesmo.

Art. 35º. É proibida a circulação de veículos que possam danificar as arvores ou o pavimento das vias públicas.

Art. 36º. Nas estradas municipais é proibido:

a) . Danificar a faixa de rolamentos, as obras de arte ou as plantas a elas pertencentes;

b) . Fazer derivações;

c) . Impedir o livre escoamento das águas para as valetas ou obstruir os escoadouros;

d) . Deixar cair nela água, líquidos ou materiais que possam causar estragos na faixa de rolamento, ou que impeçam ou dificultem o livre trânsito;

e) . Destruir ou danificar, por qualquer forma, aramados, cercas, muros ou indicações de serviços públicos;

f) . Conduzir de arrasto objetos de qualquer natureza;

g) . Plantar nos terrenos marginais árvores ou sebes que venham a prejudicar o livre trânsito;

h) . Conduzir animais em tropa, sem licença da respectiva autoridade;

i) . Conduzir carga superior à resistência da faixa de rolamento.

Art. 37º. A desobstrução da via pública será feita pela municipalidade que exigirá indenização pelos respectivos gastos.

Art. 38º. Artistas e reclamistas, para fazerem exibição nas vias públicas e noutros logradouros, são obrigados à licença do município, que designará os locais onde poderão atuar.

Art. 39°. A infração deste capitulo, acarretara a imposição de multa que variam de 200 (duzentas) a 1000 (mil) UFM (UNIDADE FISCAL MUNICIPAL), além das penas impostas pelo Código Eleitoral.

Paragrafo Único. Cada reincidência destas infrações sofrera acréscimo de 3 (três) vezes o valor da penalidade anterior.

CAPITULO IV

Da Seguranças das Construções

SEÇÃO I

Das Construções em Geral

Art. 40°. Os prédios ou construções de qualquer natureza que, por mau estado de conservação ou defeito de execução, ameaçar ruir, oferecendo perigo ao público, serão reparadas ou demolidos pelo proprietário mediante notificação do Município.

§ 1°. Será multado na forma deste e código, o proprietário que dentro do prazo da notificação, não efetuar a demolição ou reparos determinados.

§ 2°. Não cumprindo o proprietário a notificação, o município interditara o prédio ou a construção se o caso for reparo ate que este seja realizado, se o caso for demolição, o município procedera a este mediante ação judicial.

§ 3°. Em qualquer dos casos previstos no paragrafo anterior, o Municípiocobrará do proprietário o custo dos serviços, acrescido de 20% (vinte por cento) de administração, além de multaconformeo artigo nº 49 deste capitulo.

Art. 41°. O processo relativo a condenação de prédios ou construções de vera obedecer as seguintes normas:

I – Comunicação do município ao proprietário que o prédio será vistoriado;

II – Lavratura, após a vistoria, de termo em que se declarará condenado o prédio, de essa medida for julgada necessária, podendo as vistorias serem realizadas por um perito ou por uma comissão da qual faça parte um perito indicado pelo proprietário;

III – Expedição de notificação, mediante recibo, ao proprietário.

Paragrafo Único. Da notificação poderá o proprietário interpor recurso, que será decidido por uma comissão arbitral nomeada especialmente, correndo as despesas por conta da parte vencida.

Art. 42º. Em caso de obra que ameaçar ruir, por qualquer defeito de construção ou de ordem técnica, o Município representara aos órgãos competentes para aplicação das multas cabíveis.

Art. 43º. Tudo que constituir perigo para o publico e para a propriedade publica ou particular sera removido pelo seu proprietário ou responsável dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da data da intimação, pelo Município.

Paragrafo Único. Se o proprietário ou responsável não cumprirem a determinação, será multado na forma deste Código, além de sujeitar-se as despesas de execução dos serviços efetuados pelo Município.

Art. 44º. Não é permitido fazer aberturas no calçamento ou escavações nas vias publicas, a não ser em caso de serviços de utilidade publica, sem previa e expressa autorização do Município.

Art. 45º. Qualquer serviço de abertura de calçamento ou escavação na parte central da cidade somente poderá ser feita em hora previamente determinadas pelo Município.

Art. 46º. Sempre que a execução dos serviços resultar em abertura de valetas que atravessem os passeios, seráobrigatório a adoção de uma parte provisória, afim de não prejudicar ou interromper o transito.

Art. 47º. As firmas ou empresas que, devidamente autorizadas, fizerem escavações nas vias publicas, ficam obrigadas a colocar sinalização convencional disposta, com aviso de transito impedido ou perigo, e sinais durante a noite.

Art. 48º. A abertura de calçamento ou escavações nas vias publicas deverão ser feitas com as precauções devidas, de modo a evitar danos as instalações subterrâneasou superficiais de eletricidades, telefones, agua e esgotos, correndo por conta dos responsáveis o custo dos reparos.

Art. 49º. Sob pena de multa, ficam os proprietários ou empreiteiros de obras obrigadas à pronta remoção dos restos de materiais das vias publicas.

Art. 50º. As infraçõesdas disposições contidas neste capitulo acarretara a imposição de multa que vareiam de 300 (trezentas) a 600 (seiscentas) UFM (Unidade Fiscal Municipal).

Paragrafo Único. Cada reincidência destas infrações sofrera acréscimo de 3 (três) vezes o valor da penalidade anterior.

CAPITULO V

Dos Regulamentos de Edificações

Art. 51º. Este regulamento sem prejuízo das Restrições Convencionais tem como objetivo normatizar o direito de utilização e aproveitamento dos lotes, sendo que tais limitações são

supletivas e prevalecem após o cumprimento das Legislações Federal, Estadual e Municipal tanto ao uso do solo, quanto à aprovação de projetos.

CESSÃO I

DOS PROFISSIONAIS HABILITADOS PARA PROJETAR E CONSTRUIR

Art. 52º. - São considerados profissionais legalmente habilitados para projetar, orientar e executar obras no município de Pacaraima os registrados no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia-CREA-RR e inscritos na Prefeitura Municipal de Pacaraima.

Art. 53º. - A responsabilidade pela elaboração dos projetos, cálculos, especificações e execução das obras é dos profissionais que os assinarem, não cabendo à Prefeitura Municipal assumir, em consequência da aprovação, qualquer responsabilidade sobre tais atos.

Art. 54º. - O profissional, responsável técnico pela obra, que a outro venha substituir deverá comparecer ao órgão municipal competente para assinar o projeto ali arquivado, munido de cópia aprovada, que também, será assinada e submetida ao visto do responsável pela seção competente.

SESSÃO II

DAS CONDICÕES RELATIVAS À APRESENTAÇÃO DE PROJETOS

Art. 55º. - Os projetos deverão ser apresentados ao órgão competente da Prefeitura Municipal contendo os seguintes elementos:

I- Planta de situação e localização do terreno no formato padrão A4 e na escala mínima de 1:500 (um para quinhentos), ou 1:1000 (um para mil), constando:

a). A projeção da edificação ou das edificações dentro do lote e outros elementos existentes no seu entorno que melhor identifiquem sua localização;

b). As dimensões das divisas do lote e as dos afastamentos da edificação, em relação às divisas, e a outra edificação porventura existente;

c). As cotas de largura do logradouro e dos passeios contíguos aos lotes;
.....**d**). Orientação do norte magnético;
e). Indicação da numeração do lote e a ser construído e dos lotes vizinhos, bem como da quadra correspondente;
f). As cotas de nível do terreno e da soleira da edificação, quando for o caso;
h) Relação contendo área do lote, área de projeção de cada unidade, cálculo da área total de cada unidade, taxa de ocupação e coeficiente de aproveitamento.

II- Planta baixa de cada pavimento distinto, na escala de 1:50 (um para cinquenta), ou 1:100 (um para cem), contendo:

.....**a**). As dimensões e áreas exatas de todos os compartimentos, inclusive dos vãos de iluminação, ventilação, garagens e áreas de estacionamento;
b). A finalidade de cada compartimento;
c). Os traços indicativos dos cortes longitudinais e transversais;
.....**d**). Indicação da espessura das paredes e das dimensões externas totais da obra;
e). Demarcação do terreno.

II- Cortes transversais e longitudinais indicando a altura dos compartimentos, níveis dos pavimentos, altura das janelas e peitorais de demais elementos necessários à compreensão do projeto, na escala de 1:50 (um para cinquenta), ou 1:100 (um para cem);

IV- Planta de cobertura com indicação dos caimentos, na escala mínima de 1:200 (um para duzentos);

V- Elevação da fachada ou das fachadas voltadas para a via pública, na escala de 1:50 (um para cinquenta);

VI- Legenda ou carimbo, no canto inferior direito da prancha, contendo indicações da natureza e local da hora, numeração das pranchas, nome do proprietário e assinatura, nome do autor do projeto, assinatura e número do registro no CREA, nome do responsável técnico pela execução da obra, assinatura e número do registro no CREA, e data do projeto.

Art. 56º. - No caso de reforma ou ampliação deverá ser indicado no projeto o que será demolido, construído ou conservado, de acordo com as seguintes convenções de cores:

I- Sobre o original do projeto:

a) .Traço cheio para as partes a conservar;

b) .Tracejado para as partes a serem demolidas;

c) .Traço cheio com hachura interna para as partes acrescidas.

II- Sobre a cópia heliográfica:

a) Cor natural da cópia heliográfica para as partes existentes a conservar;

b) Cor amarela para as partes a serem demolidas;

c) Cor vermelha para as partes novas acrescidas.

Art. 57º - Poderá o técnico da Secretaria Municipal de Obras exigir do autor do projeto, sempre que julgar necessário, a apresentação de cálculo estrutural de obra, bem como o cálculo de resistência e estabilidade do terreno.

Art.58º -As infrações das disposições contidas neste capitulo acarretara a imposição de multa que vareiam de 300 (trezentas) a 600 (seiscentas) UFM (Unidade Fiscal Municipal).

CAPITULOVI

DO ESTUDO DE VIABILIDADE, DA APROVAÇÃO DO PROJETO E DA LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 59º - Todas as obras de construção, acréscimo, modificação ou reforma a serem executadas no Município serão precedidas dos seguintes atos administrativos:

I - Aprovação do projeto;
II- Licenciamento da construção.

SEÇÃO II

DO ESTUDO DE VIABILIDADE DO PROJETO

Art.50° - A critério do interessado, a aprovação do projeto poderá ser precedida da apresentação do estudo de viabilidade, que deverá ser constituído dos seguintes elementos:

I- Requerimento do interessado solicitando o exame do projeto;

II-Projeto arquitetônico da edificação, em papel copiativo.

Art. 61° - Para exame do estudo de viabilidade serão exigidos os seguintes elementos:

I - Planta de situação do imóvel;
II - Planta baixa de todos os pavimentos e da cobertura, nas escalas mínimas referidas no art. 8°., capítulo III, deste Código
III -As áreas dos compartimentos, a área edificada e do lote;

IV - Legenda ou carimbos;
V- levantamento planialtimétrico e memorial descritivo, se necessário.

Art.62° - A concordância com o estudo de viabilidade não isenta o interessado dos demais atos administrativos de aprovação do projeto e licenciamento da construção.

Art.63°- O estudo de viabilidade terá validade pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de concordância.

SEÇÃO III

DA APROVAÇÃO DE PROJETOS

Art.64°- Para aprovação dos projetos deverão ser apresentados à Prefeitura Municipal os seguintes documentos:

I - Requerimento solicitando a aprovação do projeto arquitetônico, assinado pelo proprietário ou pelo procurador legalmente habilitado;

II -Cópia da Escritura Pública do terreno ou outro documento, a critério do órgão municipal competente;

III- Cópia xerox autenticada do comprovante de quitação das obrigações tributárias, relativamente a terreno ou casa, conforme o caso;
IV - Inscrição municipal do responsável pelo projeto;
V- Anotação de Responsabilidade Técnica - ART - pelo projeto arquitetônico;
VI- Aprovação do Corpo de Bombeiros, em caso de edificações comerciais.
VII- Aprovação do órgão estadual, quando necessário, e do municipal a que compete zelar pela saúde pública e pelo meio ambiente, quando necessário;

VIII- Projeto arquitetônico da construção, em 03 (três) vias, sendo 01 (uma) original em papel copiativo e 02 (duas) cópias heliográficas ou xerográficas;

IX- Planta de situação e localização do terreno, no formato A4, em 04 (quatro) vias, sendo 01(uma) original em papel copiativo e 02 (duas) cópias heliográficas ou xerográficas;

§ 1º. - O cumprimento do que estabelece o inciso VI deste artigo somente será obrigatório nos seguintes casos:

a)- Edificação com mais de três pavimentos, contando-se o pavimento térreo e em subsolo, ou edificações que possuam área total construída superior a 900 m2 (novecentos metros quadrados);
b)-Locais de reuniões, como restaurantes, bares, boates, templos, cinemas, teatros e ginásios de esportes, que tenham capacidade para o número de pessoas igual ou superior a 100 (cem) no pavimento de maior locação
C)- Edificações que tenham exigência de escadas enclausuradas ou à prova de fumaça;

§ 2º. - Nos casos em que não haja exigência de aprovação do Corpo de Bombeiros, será feita no projeto observação referente ao artigo 96, do Decreto nº. 2.125 - N, de 12 de setembro de 1.985, do Corpo de Bombeiros, por ocasião do parecer da autoridade municipal competente.

Art.65º- A Prefeitura terá o prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data do requerimento, para se pronunciar sobre o projeto apresentado, salvo nos casos especiais fundamentos em parecer da autoridade municipal competente.

Art. 66º- A aprovação do projeto não implica reconhecimento, por parte da Prefeitura, do direito de propriedade do terreno.

SEÇÃO IV
DO LICENCIAMENTO DA CONSTRUÇÃO

Art.67º- O licenciamento da construção será concedido mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - Requerimento solicitando licenciamento da edificação, constando o nome e a assinatura do profissional habilitado, responsável pela execução dos serviços, e prazo para conclusão destes;
II - Apresentação do projeto aprovado;

III - Apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART - pela execução da Obra;

IV - Comprovante do pagamento do Imposto Territorial Urbano - IPTU - ou Predial Urbano do exercício vigente.

Art.68º- Os pedidos de licença de obras, incidentes sobre terrenos situados em áreas de preservação ou

Art.69º- A Prefeitura fornecerá ao interessado o Alvará de Licença para construção no prazo de 20 (vinte) dias uteis, contados a partir da data do requerimento.

SEÇÃO V

DA VALIDADE, DO ESTUDO DE VIABILIDADE, DA APROVAÇÃO DO PROJETO E DO LICENCIAMENTO

Art.70º- O estudo de viabilidade terá um prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da concordância.

Art.71º- A aprovação do projeto terá validade de 02 (dois) anos, a contar da data do seu deferimento.

Art.72º- Será passível de revalidação, o projeto aprovando-se preceitos legais da época da aprovação, o projeto aprovado cujo pedido de licenciamento tenha ficado na dependência de ação judicial para retomada de imóvel onde deva ser realizada a construção, nas seguintes condições:

I- Ter a ação judicial início comprovado dentro do período de validade do projeto aprovado;

II- Ter a parte interessada requerida a revalidação no prazo de 30 (trinta) dias, contador da data da sentença, transitada em julgado, de retomada do imóvel.

Art.73º- O licenciamento para início da construção terá um prazo de validade de 12 (doze) meses, findo o qual perderá a validade, caso a construção não tenha sido iniciada.

Parágrafo Único - Considera-se iniciada a obra cujas fundações estejam concluídas, desde que lançadas de forma tecnicamente adequada ao tipo de construção projetada.

Art.74º- Após a caducidade do primeiro licenciamento, se a parte interessada quiser iniciar obras, deverá requerer novo pedido de licenciamento, o qual será reanalisado de acordo com as normas vigentes à época do pedido.

Art.75º- Se, dentro do prazo fixado, a construção não for concluída, deverá ser requerido novo licenciamento, desde que esteja ainda válido o projeto aprovado.

SEÇÃO VI

DA MODALIDADE DE PROJETO APROVADO

Art.76º- As alterações de projeto aprovado a serem efetuadas após o licenciamento da obra, que impliquem aumento de área construída, alteração da forma externa da edificação e do projeto hidráulico-sanitário, devem ter nova aprovação.

Parágrafo Único - No caso neste artigo, deverá o autor do projeto ou responsável técnico pela obra apresentar planta elucidativa, em 02 (duas) vias, das modificações propostas, a fim de receber o visto antes do pedido de vistoria ou habite-se, para a sua aprovação.

SEÇÃO VII

DE PROJETOS OU DA LICENÇA

Art.77º- Independem da apresentação de projeto, ficando, contudo sujeitas à concessão de licença, as seguintes obras:

I- Galpões, viveiros e telheiros de uso doméstico até 18,00 m2 (dezoito metros quadrados), de área coberta;

II- Cobertura de varandas e de tanque de uso doméstico;

III- Conserto de pavimentação de passeios;

IV- Rebaixamento de meios-fios;

V- Construção de muros no alinhamento dos logradouros, desde que apresentada planta de situação do imóvel.

Art.78º- Independem de licença os servidos de remendos e substituição de revestimentos de muros, substituição de telhas partidas, calhas e condutores em geral, construção de calçadas no interior dos terrenos
edificados, e muros de divisa até, 2,00 m (dois metros) de altura.

§ 1º. - O serviço de pintura repara em pisos, cobertura e revestimento das edificações também independem de licença.

§ 2º. - Incluem-se neste artigo dos galpões para obra, desde que comprovada a existência do projeto para o local.

SEÇÃO VIII

DA REFORMA E DA RECONSTRUÇÃO OU ACRÉSCIMO

Art.79º- Na reforma, reconstrução ou acréscimo de obra, os projetos serão apresentados com indicações de maneira que seja possibilitada a identificação das partes por conservar, demolir ou acrescer.

Art.80º- Os prédios existentes atingidos por recuos de alinhamento, chanfros de esquina ou galerias públicas não poderão sofrer obras de reforma, reconstrução ou acréscimo sem a observância integral dos novos alinhamentos, recuos ou galerias.

§ 1º. - Aplicam-se as disposições deste artigo a novas edificações isoladas pertencentes a um prédio existente sujeito a recuos do alinhamento.

§ 2º. - Nos casos de que trata este artigo, somente serão permitidos obras ou reparos cuja execução independa de aprovação de projeto como preceituam os artigos 66 e 67.

SEÇÃO IX

DA CONCLUSÃO E ENTREGA DAS OBRAS

Art.81- Nenhuma edificação poderá ser ocupada sem que seja efetuada a vistoria pela Prefeitura e expedido o respectivo habite-se.

Art.82- A concessão do habite-se está obrigatoriamente condicionada à instalação de extintores de incêndio em conformidade com as normas da ABNT e do corpo de bombeiros, nas seguintes edificações:

I - As destinadas ao uso de instituições, incluindo clínicas, laboratórios, creches, escolas, casas de recuperação e congêneres;

II - As destinadas ao uso comercial de pequeno e de médio porte, incluindo lojas, restaurantes e oficinas e similares.
III- as destinadas a terminais de passageiros e cargas.

Parágrafo Único - O habite-se será concedido pelo órgão municipal competente depois de verificada a adequação da obra ao projeto aprovado, com o passeio concluído e com a certidão de numeração fornecida.

Art.83- Após a conclusão das obras deverá ser requerida vistoria à Prefeitura, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, mediante requerimento assinado pelo proprietário e pelo profissional responsável, acompanhado de:

II- Visto de liberação das instalações sanitárias fornecido pelo órgão competente;

III- Certificado referente à instalação de tubulações, armários e caixas para serviços telefônicos, exceto para as residências unifamiliares;

IV- Visto do Corpo de Bombeiros para as edificações referidas no § 1º., art. 63, desta Lei;

Art.84- Após a vistoria, se as obras estiverem de acordo com o projeto arquitetônico aprovado, a Prefeitura fornecerá o habite-se ao proprietário, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de entrega do requerimento.

Parágrafo Único - Por ocasião da vistoria, os passeios fronteiros à via pavimentada deverão estar totalmente concluídos e, quando a via não for pavimentada, deverá ser executada a pavimentação de, pelo menos, 0,70 m (setenta centímetros) de largura do passeio.

Art.85º- Poderá ser concedido habite-se parcial a juízo do órgão competente da Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único - O habite-se parcial poderá ser concedido nos seguintes casos:

I- Quando se tratar de prédio composto de parte comercial e parte residencial e poder cada uma das partes ser utilizada independentemente da outra;

II- Quando se tratar de mais de uma construção edificada independente, mas no mesmo lote.

SEÇÃO IX
DAS DEMOLIÇÕES

Art.86º- A demolição de quaisquer edificações, exceto os muros de fechamento até 3 m (três metros) de altura, só poderá ser executada mediante licença expedida pelo órgão competente.

§ 1º - Tratando-se de edificações com mais de dois pavimentos ou que tenham mais de 8 m (oito metros) de altura, a demolição só poderá ser efetuada sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado.

§ 2º - Tratando-se de edificações no alinhamento do logradouro ou sobre uma ou mais divisas do lote, mesmo que seja de um só pavimento, será exigida a responsabilidade de profissional habilitado.
§ 3º - Em qualquer demolição, o profissional responsável ou proprietário, conforme o caso , deverá adotar todas as medidas necessárias para garantir a segurança dos operários e do público, das benfeitorias do logradouro e das propriedades vizinhas.

Paragrafo Único –Nas construções, demolições e reparos a serem executados, será obrigatória a colocação de tapumes em todas as testadas do lote:

I - O tapume devera ser mantido enquanto perdurarem as obras que possam afetar a segurança dos pedestres que se utilizam os passeios dos logradouros e devera atender as seguintes normas:
a) A faixa compreendida pelo tapume não poderá ter largura superior á metade da largura do passeio nem exceder a 2 m (dois metros);
b) A sua altura não poderá der inferior a 2m (dois metros).
§ 4º - O requerimento em que for solicitada a licença para uma demolição, compreendida nos parágrafos 1º.e 2º.deste artigo, será assinado pelo profissional responsável, juntamente com o proprietário.

§ 5º - No pedido de licença para demolição deverá constar o prazo de duração dos trabalhos, que poderá ser prorrogado atendendo a solicitação justificada do interessado e a juízo do órgão municipal competente.

§ 6º - Caso a demolição não fique concluída dentro do novo prazo, o responsável ficará sujeito às multas previstas neste Código.

Art.87º- A demolição total ou parcial das construções poderá ser imposta pela Prefeituraquando:
I - A obra for clandestina, entendendo-se por tal a que for executada sem alvará de licença ou previa aprovação do projeto e licenciamento da construção;
II - Quando executada sem observância de alinhamento ou nivelamento fornecido pela Prefeitura Municipal ou com desrespeito ao projeto;
III - Quando julgada com risco iminente de caráter publico e o proprietário não quiser tomar providencias que a Prefeitura determinar para a sua segurança.
Art. 88º. As infraçõesdas disposições contidas neste capitulo acarretara a imposição de multa que vareiam de 300 (trezentas) a 600 (seiscentas) UFM (Unidade Fiscal Municipal).

CAPÍTULO VII

DAS OBRAS PARALISADAS

Art. 89º- A paralisação de obra por mais de 180 (cento e oitenta) dias implicará que o órgão municipal competente avalie se a construção oferece perigo à segurança pública e indique as providências que se fizerem necessárias:

Art. 90º- Os andaimes e tapumes de uma construção paralisada por mais de 120 (cento e vinte) dias deverão ser demolidos, desimpedindo o passeio e deixando-o em perfeitas condições de uso.

Art. 91º- As disposições deste Capítulo serão aplicadas também
Art. 92º. As infraçõesdas disposições contidas neste capitulo acarretara a imposição de multa que vareiam de 200 (duzentas) a 400 (quatrocentas) UFM (Unidade Fiscal Municipal).

CAPITULO VIII

Dos Recuos e Ocupação

Art. 93º. Os compartimentos deverão atender as medidas necessárias conforme abaixo:

a) - • COMPARTIMENTO	• ÁREA MINIMA	• LARGURA MÍNIMA	• PE-DIREITO MÍNIM
• Salas	• 9,00 m²	• 2,70 m	• 2,80 m
• Quarto	• 9,00 m²	• 2,50 m	• 2,80 m
• Cômodo dif.	• 7,50 m²	• 2,50 m	• 2,80 m
• Quarto de serviços	• 5,00 m²	• 2,00 m	• 2,40 m
• Cozinha	• 6,00 m²	• 2,00 m	• 2,80 m
• Banheiro	• 2,80 m²	• 1,20 m	• 2,40 m
• Área de serviço	• 2,50 m²	• 1,20 m	• 2,40 m
• Banheiro de serviço	• 2,00 m²	• 1,00 m	• 2,40 m
• Lavabo	• 1,30 m²	• 1,00 m	• 2,40 m

Art. 94º -Sem prejuízo das restrições das posturas e diretrizes municipais, a construção principal deverá respeitar os seguintes recuos mínimos:

a).Frente: 3,00 metros a partir do alinhamento do lote;

b) .Fundos: 1,50 metros medidos da divisa dos fundos do lote;

c) . Laterais: 1,50 metros de cada um dos lados do lot

d) . Os recuos acima mencionados são contados a partir da alvenaria externa até a divisa do lote. Após o final da alvenaria só poderá haver o beiral do telhado ou laje, com no máximo 1,00m de largura. Nos lotes de esquina, com frente para duas vias, deverá ser adotado o recuo de frente para uma das vias e o recuo lateral para a outra, estes dois alinhamentos deverão ser concordados com um arco cujo raio obedecerá a seguinte fórmula:

e) R= ((Raio da Via – Recuo de Frente) + (Raio da Via – Recuo Lateral)) / 2;Exemplo:
f) . Raio de Concordância da Via = 9,00m

g) . Recuo de Frente = 2,00m

h) . Recuo Lateral = 1,50m

i).R= ((9,00-2,00) + (9,00-1,50)) / 2 =7,25

j) . Nota: Os recuos previstos na legislação municipal, se mais restritivos deverão ser adotados.

k) Todos os recuos acima mencionados são contados a partir das divisas do lote. Serão permitidas pérgolas no recuo lateral, desde que ligadas à edificação e sua profundidade não seja superior a 1/3 (um terço) da lateral do corpo principal da edificação.

Art. 95º- O espaço físico resultante do recuo frontal deverá constituir-se de área verde, sendo ali vedada qualquer edificação ou impermeabilização com qualquer tipo de material empregado na construção civil, exceto nos locais destinados à passagem de veículos e pedestres, sendo vedado, ainda, qualquer tipo de cobertura ou fechamento sobre o recuo frontal do lote, bem como muro de arrimo ou similar.

Parágrafo Único - As únicas construções permitidas são:

a) Piscina ou espelho d'água; poste de abastecimento de energia elétrica; bem como a caixa de medidor de energia e caixa de registro de entrada de água; abrigo para gás; reservatório subterrâneo de água e demais dispositivos necessários para a interligação de serviços públicos.

Art. 96º- As infraçõesdas disposições contidas neste capitulo acarretara a imposição de multa que vareiam de 300 (trezentas) a 600 (seiscentas) UFM (Unidade Fiscal Municipal).

Paragrafo Único. Cada reincidência destas infrações sofrera acréscimo de 3 (três) vezes o valor da penalidade anterior.

CAPITULO IX

Dos Fechamentos: Muros e Cercas Vivas

Art. 97° - Os muros divisórios, de alvenaria ou não, deverão ter altura máxima de 2,50m a partir do recuo frontal, excetuando-se os muros de divisa do loteamento. Se efetuada vedação da frente do lote, deverá ser feita em cerca viva com no máximo 1,00m de altura, continuando pelas divisas laterais, até o final do recuo de frente exigido.

Art. 98° - É permitida a execução de Muros de Arrimo nas divisas laterais e de fundo, exceto no trecho compreendido pela faixa de recuo frontal, onde a topografia original do lote deve ser mantida. Sua altura máxima em relação à topografia original do lote é de 2,00m.

Art. 99° - No caso de construção de edificação nos lotes, será também obrigatória à construção de muros de fechamento da propriedade construída em seus limites laterais e fundos. Os muros de divisa laterais e fundos poderão ser construídos de comum acordo entre os lotes lindeiros e a altura máxima de 2,50m a partir do nível do terreno natural.

Art. 100° - No caso da existência de Muros de Arrimo, a altura máxima será de 2,00m contada do topo do Muro de Arrimo. Nos lotes não ocupados não será permitida a construção de muros, devendo os mesmos serem mantidos limpos e com a vegetação aparada.

Art. 101° - Os muros de divisa do empreendimento, no caso de lotes que confrontam com mesmo, não poderão ser utilizados para apoiar qualquer estrutura, tais como churrasqueiras, pérgolas etc..., devendo ser mantido sempre desimpedido de coisas. Neste muro podem existir condutores elétricos destinados à dispositivos de segurança e comunicação, caixas de passagem, câmeras e outros, que não poderão ser utilizadas e/ou obstruídos.

Art. 102° - As infraçõesdas disposições contidas neste capitulo acarretara a imposição de multa que vareiam de 200 (duzentas) a 400 (quatrocentas) UFM (Unidade Fiscal Municipal).

Paragrafo Único. Cada reincidência destas infrações sofrera acréscimo de 3 (três) vezes o valor da penalidade anterior.

CAPITULO X

Das Garagens

Art. 103º - As Garagens poderão ser construídas encostadas no terreno vizinho, desde que, não ultrapassem a altura de 3,00m de altura contados a partir do nível do terreno natural até seu ponto mais alto. Caso a altura da garagem exceda 3,00m, esta deverá ser desencostada da divisa a uma distância mínima de 1,75m.

Art. 104º - As infrações das disposições contidas neste capitulo acarretara a imposição de multa que vareiam de 150 (cento e cinquenta) a 300 (trezentas) UFM(Unidade Fiscal Municipal).

Parágrafo único. Cada reincidência destas infrações sofrera acréscimo de 3 (três) vezes o valor da penalidade anterior.

CAPITULO XI

Das Execuções das Obras

Art. 97º. Nenhuma obra poderá ser iniciada, nem mesmo ligações de água e energia ou terraplanagem, antes do projeto aprovado pela municipalidade.

Art. 105º - Não será permitida a ocupação de lote(s) vizinho(s) para fins de canteiro de obras, depósito de materiais ou quaisquer outras finalidades sem prévia autorização, por escrito, do proprietário/possuidor do lote que se pretende ocupar: (lote de apoio).

1º § - O lote de apoio deverá fazer divisa comum com a obra em uma das laterais ou nos fundos, não sendo permitida a utilização de lotes atravessando ruas, nem o uso de áreas.

2º § - Do lote de apoio deverão ser removidos todos os vestígios da obra, materiais e entulhos, além de ser entregue nas condições topográficas originais de recebimento;

3º § - Cada proprietário deverá recolher para dentro dos limites de seu lote ou do lote de apoio todo o material destinado à execução de sua obra, no prazo máximo de 12 (doze) horas do respectivo recebimento;

4º § - Quando realizar (em) edificação no(s) lote(s), o(s) proprietário(s) deverão manter a área da calçada em frente ao(s) lote(s) totalmente gramada e os taludes de aterro e corte, bem como oslocais potencialmente erodíeis com cobertura vegetal, de forma a impedir a erosão.

Art. 106º - As calçadas deverão ser executadas de acordo com o padrão definido pelas leis de municipalidades e evitando desníveis.

Parágrafo Único - Durante a execução das obras, não será permitido depósito de material nas calçadas e na via pública. Antes do início da construção principal, mas após a expedição do alvará de licença do poder público competente, será permitida a construção de um barracão provisório para depósito de materiais de construção e uso do guarda da obra. O referido barracão deverá ser demolido após a conclusão da obra ou no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da expedição daquele alvará, caso a obra não seja iniciada em tal período.

Art. 107º - As guias deverão ser protegidas a fim de evitar sua danificação quando do acesso de caminhões durante a obra. Eventuais aberturas para passagem de tubulação de águas pluviais ou rebaixamento para acesso de veículos, deverão ser reparadas com concreto estrutural de resistência superior a 18 Mpa.

Art. 108º - Durante a execução das obras as ruas deverão ser mantidas limpas, não será permitida a mistura de argamassa ou concreto sobre o pavimento asfáltica das ruas ou passeios.

Art. 109º - O lote deverá estar todo cercado de tapumes durante a obra, e caso haja previsão de muros em projeto, os mesmos poderão ser construídos substituindo o tapume.

Art. 110º - O início da construção só poderá se dar após o completo fechamento do canteiro de obras.

Parágrafo Único - Deverá ser executado portão provisório para entrada de veículos e pedestres.

Art. 111º - As instalações sanitárias deverão ser construídas, obrigatoriamente, no lote onde será feita à obra, sendo vetadas suas construções no lote de apoio.

Art. 112º - Os barracões de obra deverão ter acesso único pelo interior do canteiro, não sendo permitidas portas e janelas voltadas para as vias públicas.

Parágrafo Único - Os barracões para guardar material poderão ser construídos em alvenaria, madeira ou container de metal.

Art. 113º - Na medida do possível, estes barracões deverão ser mantidos caiados ou pintados de tal forma a tentar minimizar seu impacto visual desagradável.

Parágrafo Único - As caçambas para retirada de entulhos deverão sempre que possível ser depositadas dentro dos lotes. Em hipótese alguma será permitido o depósito das caçambas em passeios públicos.

Art. 114º - Os caminhões de transporte de materiais de construção, de caçambas, de mudanças ou equivalentes poderão circular pelo Loteamento nos horários das 8:00 às

18:00 de segunda a sexta-feira e aos sábados no horário das 8:00 às 12:00 nas áreas centrais da cidade.

Art. 115º - As infrações das disposições contidas neste capitulo acarretara a imposição de multa que vareiam de 350 (trezentas e cinquenta) a 700 (sessentas) UFM (Unidade Fiscal Municipal).

Parágrafo único. Cada reincidência destas infrações sofrera acréscimo de 3 (três) vezes o valor da penalidade anterior.

CAPÍTULO XII

Das Praças

Art. 116º - as praças são logradouros públicos de uso comum, compreendendo jardins, parques e lagos, instituídos para recreação pública.

Art. 117º - Nas praças é proibido:

a) .Andar sobre os canteiros e gramados;

b) .Arrancar mudas, galhos ou flores;

c) .Escrever ou gravar nomes ou símbolos em árvores, bancos ou ornamentos, ou a estes danificar e remover;

d)Exercer qualquer espécie de comércio, sem prévia licença da municipalidade.

Art. 118º - As infraçõesdas disposições contidas neste capitulo acarretara a imposição de multa que vareiam de 100 (cem) a 200 (duzentas) UFM (Unidade Fiscal Municipal).

Paragrafo Único. Cada reincidência destas infrações sofrera acréscimo de 3 (três) vezes o valor da penalidade anterior.

CAPÍTULO XIII

Das Denominações dos Logradouros,

Serviços Públicos e das Numerações de Casas.

Art. 119º - A denominação dos logradouros e serviços cabe, privativamente, ao município.

§ 1º . Os logradouros e serviços públicos poderão receber a denominação de pessoas ilustres, de datas e fatos históricos, de acidentes geográficos e outros ligados à vida nacional.

§ 2º .Não são vedados nomes estrangeiros, desde que motivos existam para cultua-los.

§ 3º. É vedado dar nomes de pessoas vivas a logradouros públicos ou serviços públicos de qualquer espécie ou natureza.

§ 4º. As homenagens póstumas só serão permitidas após um ano de falecimento da pessoa homenageada.

§ 5º. A municipalidade não pode mudar as designações das vias públicas e demais logradouros a não ser em casos excepcionais.

Art. 120º- As placas designativas de nome indicarão logo após este, sinteticamente, o título que motivou a homenagem.

Art. 121º- Dado o nome a uma via pública ou logradouro, serão colocadas as placas como segue:

a) . Nas ruas, as placas serão colocadas nos cruzamentos, duas em cada rua, uma de cada lado, no prédio de esquina, ou, na sua falta, em poste colocado no terreno baldio;

b) . Nos largos e praças serão colocadas à direita, na direção do trânsito, nos prédios ou terrenos de esquina com outras vias públicas.

Art. 122. A numeração das casas será efetuada, *privativamente*, pela municipalidade, correndo por conta dos proprietários as despesas das placas.

§ 1º . A numeração começara nas extremidades iniciais das vias públicas, em ponto aquém do qual não possa haver novas construções, e de modo que os números pares fiquem do lado esquerdo e os ímpares, no lado direito;

§ 2º . O número corresponderá à metragem existente entre a entrada principal do prédio e a extremidade inicial da rua, guardando-se o mesmo critério para numeração dos demais prédios.

Art. 123º- Não podem receber denominação as vias públicas e logradouros não recebidos pelo município em decorrência de loteamentos não aprovados e registrados na forma da Lei.

Art. 124 - As infraçõesdas disposições contidas neste capitulo acarretara a imposição de multa que vareiam de 300 (trezentas) a 600 (seiscentas) UFM (Unidade Fiscal Municipal).

Paragrafo Único - Cada reincidência destas infrações sofrera acréscimo de 3 (três) vezes o valor da penalidade anterior.

CAPÍTULO IVX

Das Casas de Espetáculos

Art. 125° -Os teatros e cinemas, bem como quaisquer outros locais de espetáculos públicos, são sujeitos à verificação periódica de suas instalações e condições de segurança.

Art. 126° -Os empresários são obrigados a:

a) .Manter em condições higiênicas todas as dependências das casas de espetáculos;

b) . Ter, em lugar discreto e de fácil acesso, instalações sanitárias independentes para senhoras e cavalheiros;

c) . Manter em perfeita conservação o mobiliário;

d) . Ter em lugar de fácil acesso e visíveis e em perfeito estado de funcionamento, aparelhos extintores de incêndio.

Art. 127° -Ao espectador é proibido:

a) . Assistir às sessões de chapéu na cabeça;

b) . Fumar na sala de espetáculos;

c) . Prejudicar a higiene da casa ou atentar contra a ordem e os bons costumes;

d) . Depredar as poltronas e instalações da casa de espetáculos.

Parágrafo Único. Advertência pessoal ou retirada do recinto, além da obrigação de ressarcimento do dano causado.

Art. 128 -Aos empresários é proibido:

a) . Vender entradas além da lotação;

b) .Projetar anúncios depois da hora marcada para o início das sessões;

c) . Iniciar as sessões com atraso superior a dez minutos, salvo força maior comprovada;

d) .Iniciar novas sessões sem a indispensável renovação de ar, sempre que não haja ar condicionado ou exaustores suficientes.

Art. 129º -Para a realização de espetáculos, bailes e festas de caráter público é indispensável à prévia licença da municipalidade.

Parágrafo Único - As conferências remuneradas equiparam-se às festas públicas.

Art. 130º -As infrações das disposições contidas neste capitulo acarretara a imposição de multa que vareiam de 300 (trezentas) a 600 (seiscentas) UFM (Unidade Fiscal Municipal).

Parágrafo Único. Cada reincidência destas infrações sofrera acréscimo de 3 (três) vezes o valor da penalidade anterior.

CAPÍTULO VX

Dos Dancings e Boates Públicas

Art. 131º -A instalação e funcionamento de dancings e boates públicas dependem de prévia licença da municipalidade.

Parágrafo Único - Não será permitida a localização desses estabelecimentos em edifícios residenciais.

Art. 132º- Nos dancings e boates é proibido:

a) . A existência de quartos para aluguel;

b) . Algazarra ou barulho que perturbe o sossego público;

c) . A entrada e permanência de menores de dezoito (18) anos.

Art.133º -As infraçõesdas disposições contidas neste capitulo acarretara a imposição de multa que vareiam de 300 (trezentas) a 600 (seiscentas) UFM (Unidade Fiscal Municipal) e suspenção do alvará de funcionamento.

Paragrafo Único. Cada reincidência destas infrações sofrera acréscimo de 3 (três) vezes o valor da penalidade anterior.

CAPÍTULO XVI

Dos Jogos

Art.134. A realização de jogos lícitos, das corridas de cavalos e das rinhas de galo, depende de prévia licença da municipalidade.

Parágrafo Único - Não será autorizada a realização de jogos ou diversões ruidosas em locais compreendidos em área formada por um raio de duzentos 200m de distância de hospitais, casas de saúde ou de estabelecimentos de ensino.

Art.135. A lotação das arquibancadas e de outros lugares destinados ao público, que deverão fornecer a máxima segurança, será fixada por técnicos da municipalidade.

Parágrafo Único - Esses locais deverão ser dotados de bebedouros, coletores de lixo, sanitários independentes para ambos os sexos, higiênicos e em número proporcional à lotação.

Art.136º -As provas desportivas nas ruas e praças só poderão ser realizadas com licença da municipalidade ou de órgão estadual competente.

Parágrafo Único - As licenças de que trata este artigo são concedidas gratuitamente.

Art.137º - As infraçõesdas disposições contidas neste capitulo acarretara a imposição de multa que vareiam de 300 (trezentas) a 600 (seiscentas) UFM (Unidade Fiscal Municipal).

Paragrafo Único. Cada reincidência destas infrações sofrera acréscimo de 3 (três) vezes o valor da penalidade anterior.

CAPÍTULO XVII

Dos Cafés, Restaurantes, Bares, Botequins, Mercadinhos, Trailer e Feiras.

Art. 138º - A instalação e funcionamento de cafés, bares, restaurantes, botequins, mercadinhos, trailers e congêneres, dependem de prévia licença da municipalidade, que determinará o horário oficial para as suas atividades, conforme Artigo 13º da Lei Orgânica Municipal.

Art. 139º -Esses estabelecimentos são obrigados a manter:

a) . Seus empregados devidamente trajados de preferência uniformizados, com carteira de saúde;

b) . Dependências e instalações em perfeitas condições de higiene;

c) . Coletores de lixo do tipo aprovado pela municipalidade.

Art. 140 - É proibido aos estabelecimentos mencionados no Artigo anterior:

a) . Vender bebida alcoólica a menores de dezoito (18) anos e a pessoas embriagadas;

b) . Permitir algazarra ou barulho que perturbe o sossego público;

c) . Expor ao sol ou à poeira, artigos de fácil contaminação ou deterioração;

d) . Deixar de lavar, diariamente, os açougues, as bancas de verduras, de aves ou de peixes;

e) . Deixar de higienizar as gaiolas de aves, diariamente;

f) . Impedir a limpeza do recinto;

g) . Depositar mercadorias ou fazer tenda de trabalhos, nos passeios;

h)Vender por atacado, gêneros ou artigos de primeira necessidade.

Art. 141º - As infraçõesdas disposições contidas neste capitulo acarretara a imposição de multa que vareiam de 300 (trezentas) a 600 (seiscentas) UFM (Unidade Fiscal Municipal).

Paragrafo Único. Cada reincidência destas infrações sofrera acréscimo de 3 (três) vezes o valor da penalidade anterior.

Art. 142º -Qualquer mercadoria contaminada, deteriorada será apreendida pela municipalidade.

CAPÍTULO XVIII

Das Barbearias e Engraxaterias

Art. 143º -A instalação e o funcionamento das barbearias, salões de beleza e as engraxaterias depende de licença da municipalidade.

Parágrafo Único - As instalações desses estabelecimentos devem respeitar as regras de higiene prescritas pelo órgão Municipal ou Estadual competente.

Art. 144º -As infraçõesdas disposições contidas neste capitulo acarretara a imposição de multa que vareiam de 300 (trezentas) a 600 (seiscentas) UFM (Unidade Fiscal Municipal).

Paragrafo Único. Cada reincidência destas infrações sofrera acréscimo de 3 (três) vezes o valor da penalidade anterior.

CAPÍTULO XIX

Dos Hotéis, Motéis, Pensões e Casas de Cômodos.

Art. 145º -As instalações e o funcionamento de hotéis, motéis, pensões e casas de cômodos dependem de licença da municipalidade.

Art. 146º -Esses estabelecimentos são obrigados a manter:

a) . Observância dos bons costumes e condições de higiene;

b) . Quartos de banho e aparelhos sanitários em número suficiente e higiênicos;

c) . Leitos, roupas de cama e cobertas em perfeitas condições de higiene;

d) . Móveis e assoalho semanalmente desinfetados;

e) . Guarda-roupa e gavetas de móveis sempre com desinfetante.

Art. 147º - Nos estabelecimentos de que trata este Capítulo é proibido:

a) . A permanência de hóspedes ou empregados, ou de quaisquer pessoas, cujos hábitos sejam considerados inconvenientes, imorais ou indecentes;

b) . Utilizar mais do que uma vez, sem lavar, roupas de cama, toalhas ou guardanapos;

c) . Admitir hóspedes portadores de moléstias contagiosas;

d) . Utilizar lavatórios ou banheiros para lavagem de roupas.

Parágrafo Único - Quando se verificar, por qualquer circunstância, o previsto na alínea "c" deverá ser feita imediata comunicação ao Posto de Saúde do Estado e a municipalidade.

Art. 148º - Nos quartos de hotéis, motéis, pensões e casas de cômodos é obrigatória a colocação, em lugar visível, de um quadro contendo a transcrição dos artigos desta seção.

Art. 149º - As infraçõesdas disposições contidas neste capitulo acarretara a imposição de multa que vareiam de 300 (trezentas) a 600 (seiscentas) UFM (Unidade Fiscal Municipal).

Paragrafo Único. Cada reincidência destas infrações sofrera acréscimo de 3 (três) vezes o valor da penalidade anterior.

CAPÍTULO XX

Das Igrejas, dos Templos e dos Locais de Cultos.

Art. 150º -As igrejas, os templos e as casas de cultos são locais sagrados e, por isso, deve ser respeitados, sendo proibido pichar suas paredes e muros, ou neles pregar cartazes.

Art. 151º -Nas igrejas, templos ou casas em que houver pias ou se acenderem velas, observar-se-ão os seguintes requisitos:

a) . As pias de água deverão ser do tipo higiênico;

b) . Velas, tochas ou círios deverão ser colocados de modo a se evitarem incêndios ou acidentes.

Parágrafo Único - A realização de festividades externas dependerá de licença da municipalidade.

Art. 152º - As infraçõesdas disposições contidas neste capitulo acarretara a imposição de multa que vareiam de 300 (trezentas) a 600 (seiscentas) UFM (Unidade Fiscal Municipal).

Paragrafo Único. Cada reincidência destas infrações sofrera acréscimo de 3 (três) vezes o valor da penalidade anterior.

CAPÍTULO XXI

Dos Serviços de Limpeza

Art. 153º - A limpeza das vias públicas e de outros logradouros e a retirada do lixo domiciliar são serviços privativos da municipalidade.

§ 1º . Para efeitos de remoção, lixo é toda matéria, assim conceituada pelo serviço de limpeza pública do município;

§ 2º . Materiais que, por sua natureza, dimensões, quantidades ou peso, não se adaptarem ao recipiente, poderão ser removidos por veículos da municipalidade, mediante requisição dos interessados e pagamento da taxa estabelecida;

§ 3º . A remoção de animais ou de detritos que, por sua natureza, ponham em perigo a saúde pública, será feita em veículo apropriado e, cremados ou enterrados a profundidade suficiente.

Art. 154º -O horário para a remoção do lixo será estabelecido pelo serviço de limpeza pública do município.

Art. 155º -É obrigatório, para os fins de depósito de lixo, o uso de recipiente do tipo aprovado pela municipalidade.

Parágrafo Único - O recipiente referido neste artigo deve ser estanque, coberto ou fechado e comcapacidade máxima de cinquenta centímetros cúbicos (50cm³).

Art. 156º -A municipalidade retirará, de cada economia predial, o conteúdo de um recipiente de capacidade máxima, em dias determinados pelo serviço respectivo.

Parágrafo Único - Para a devida remoção, os recipientes devem ser colocados ao alcance dos coletores, sem prejudicar o trânsito e a estética e devem ser recolhidos logo após a coleta.

Art.157º - É proibido colocar nos recipientes de lixo, matérias infectadas, infectantes ou por qualquer forma perigosa, bem como revolver o seu conteúdo.

Art. 158º -Os hospitais e as casas de saúde deverão ter fornos crematórios para a incineração das matérias provenientes de suas atividades.

Art. 159º -O lixo proveniente da capina, limpeza e varredura das praças, deve ser colocado em lugares circuncidados de cercas vivas.

Art.160º -A municipalidade está obrigada a proceder, permanentemente, a lavagem, capina e varredura das vias públicas e outros logradouros, bem como a limpeza das calhas e valetas.

Art. 161º -O produto de limpeza das calhas e valetas poderá ser cedido gratuitamente.

Art. 162º -A municipalidade poderá, ressalvadas a higiene e a saúde pública, empregar qualquer processo físico ou químico no combate à grama que cresce nas vias públicas.

Art. 163º -É proibido fornecer lixo vivo para adubo ou alimento para animais.

Art. 164º - As infraçõesdas disposições contidas neste capitulo acarretara a imposição de multa que vareiam de 300 (trezentas) a 600 (seiscentas) UFM (Unidade Fiscal Municipal).
Paragrafo Único. Cada reincidência destas infrações sofrera acréscimo de 3 (três) vezes o valor da penalidade anterior.

CAPÍTULO XXII

Dos Sanitários Públicos

Art. 165º -O serviço de conservação e limpeza dos sanitários públicos é executados pela municipalidade, exceto os que estiverem em prédios com concessão pública.

Art. 166º -É proibido:

a) . Obstruir lavatórios, mictórios e ralos;

b) . Escrever nas paredes ou suja-las de qualquer forma;

c) . Urinar ou defecar fora dos respectivos vasos;

d) . Atirar lixo de qualquer natureza fora dos respectivos recipientes.

Parágrafo Único - Incumbe aos zeladores e aos concessionários de prédios públicos, além da obrigação de conservarem os sanitários públicos limpos e higiênicos, manterem a ordem nos seus recintos.

Art.167º -As infrações das disposições contidas neste capitulo acarretara a imposição de multa que vareiam de 300 (trezentas) a 600 (seiscentas) UFM (Unidade Fiscal Municipal).

Paragrafo Único. Cada reincidência destas infrações sofrera acréscimo de 3 (três) vezes o valor da penalidade anterior.

CAPÍTULO XXIII

Das Profissões e do Comércio Localizado

Art.168º -Nenhum estabelecimento poderá funcionar no Município, sem o respectivo alvará de licença.

§ 1° . O alvará de licença será exigido mesmo que o estabelecimento esteja localizado no recinto de outro já munido de alvará;

§ 2° . Excetuam-se das exigências deste artigo, os estabelecimentos da União, do Estado, do Município ou das entidades paraestatais, e os templos, as igrejas, ou as sedes de partidos políticos, reconhecidos na forma da Lei;

§ 3° .O alvará de licença deverá ser afixado em lugar próprio e facilmente visível.

Art.169° -Do alvará de licença deverão constar os seguintes elementos essenciais, além outros que forem estabelecidos nos regulamentos municipais.

a) . Número da inscrição;

b) . Localização do estabelecimento;

c)Nome, razão social ou denominação sob cuja responsabilidade deve funcionar o estabelecimento;

d)Ramo de atividade e condições de taxação de imposto a que esteja sujeito o estabelecimento.

§ 1° . Os estrangeiros devem, na forma da Lei, fazer prova de permanência definitiva no país;

§ 2° . O alvará de licença terá validade enquanto não se modificar qualquer dos elementos essenciais nele inscritos;

§ 3° . O estabelecimento cujo alvará de licença caducar, deverá requerer outro com as novas características essenciais.

Art.170° -O alvará de licença para localização temporária de estabelecimento vigorará pelo prazo nele estipulado, o qual, em hipótese alguma, poderá ser superior a 03 (três) meses.

Art.171° -O alvará de licença poderá ser cassado pela municipalidade:

a) . Quando se tratar de negócio diferente do requerido;

b) . Para reprimir especulações com gêneros de primeira necessidade;

c) . Como medida preventiva a bem da higiene, da moral ou do sossego e segurança pública;

d) . Quando o licenciado se opuser a exame, verificação ou vistoria dos agentes municipais.

Parágrafo Único - Cassado o Alvará de licença, o estabelecimento será imediatamente fechado.

Art.172º -O horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais é livre, respeitados o sossego e o decoro público.

Art.173º -Mediante ato especial poderá ser limitado o horário dos estabelecimentos quando:

a) . Exista convenção para horário especial, assinado, no mínimo, por três quartas partes dos estabelecimentos homologados pela autoridade competente;

b) . Houverem de ser atendidas requisições justificadas das autoridades competentes a respeito de estabelecimentos que perturbem o sossego ou ofendam o decoro público ou que reincidam nas sanções da legislação do trabalho;

c) . No interesse público, a critério do município, através de Lei.

Parágrafo Único - Homologada a convenção de que trata a alínea "a" do presente artigo, passará ela a constituir postura municipal, obrigando os estabelecimentos nela compreendidos ao cumprimento dos seus termos e sujeitando os infratores às penalidades cominadas.

Art.174º -Todo estabelecimento comercial é obrigado a manter seu recinto em perfeitas condições de higiene, e ter em lugar visível e acessível, recipiente coletor de lixo.

Art.175º -As infrações das disposições contidas neste capitulo acarretara a imposição de multa que vareiam de 300 (trezentas) a 600 (seiscentas) UFM (Unidade Fiscal Municipal).

Paragrafo Único. Cada reincidência destas infrações sofrera acréscimo de 3 (três) vezes o valor da penalidade anterior.

CAPÍTULO XXIV

Do Comércio Ambulante

Art.176º -Comércio ambulante é toda e qualquer forma de atividade lucrativa, exercida por conta própria ou se terceiros e que não se opera na forma e nos usos do comércio localizado, ainda que com este tenha, ou venha a ter ligação ou intercorrência, caracterizando-se, nesta ultima hipótese, pela improvisação de vendas ou negócios que se realizem fora dos estabelecimentos com que tenha ligação.

Art.177º -Nenhum comércio ambulante é permitido no Município sem o respectivo alvará de licença.
Parágrafo Único - O alvará de licença para o comércio ambulante é individual e intransferível e exclusivamente para o fim para o qual foi extraído, e deve ser sempre conduzido pelo seu titular sob pena de multa.

Art.178º -O alvará de licença será expedido mediante requerimento ao Prefeito.

§ 1º - No alvará deverão constar os seguintes elementos essenciais, além de outros que vierem a ser estabelecidos pelo município:

a) . Número de inscrição;

b) . Residência do comerciante ou responsável;

c) . Nome, razão social ou denominação sob cuja responsabilidade funciona o comércio ambulante.

§ 2º . O alvará de licença só terá validade dentro do exercício em que foi extraído.

§ 3º . O vendedor ambulante não licenciado ou que for encontrado sem revalidar a licença anualmente está sujeito à multa e apreensão dos artigos encontrados em seu poder, até o pagamento da multa imposta.

Art.179º -É proibido ao vendedor ambulante:

a) - Estacionar nas vias públicas e outros logradouros sem licença especial;

b) - Impedir ou dificultar o trânsito por qualquer forma;

c) . Transitar pelos passeios conduzindo cestos ou outros volumes grandes.

§ 1º . Excetua-se da exigência da letra "a" o estacionamento necessário para efetuar as vendas.

§ 2º. Nos passeios com largura inferior a 200m não serão abertas exceções, em hipótese alguma.

Art.180º -Os vendedores ambulantes de frutas e verduras portadores de licença especial para o estacionamento são obrigados a conduzir recipiente para coletar o lixo proveniente do seu negócio.

Parágrafo Único - Excetuam-se dessa exigência os vendedores *a domicílio, de frutas*, verduras e artigos de indústria doméstica.

Art. 181º - Os vendedores ambulantes deverão andar munidos de Carteira de Saúde fornecida pelo órgão sanitário municipal competente.

Art. 182º - Aplicam-se ao comércio ambulante, no que couberem, as disposições concernentes ao comércio localizado.

Art. 183º - As infraçõesdas disposições contidas neste capitulo acarretara a imposição de multa que vareiam de 300 (trezentas) a 600 (seiscentas) UFM (Unidade Fiscal Municipal), além da apreensão.

Paragrafo Único. Cada reincidência destas infrações sofrera acréscimo de 3 (três) vezes o valor da penalidade anterior.

CAPÍTULO XXV

Da Fabricação, Comércio e Transporte de Inflamáveis e Explosivos

Art.184º - A municipalidade, no interesse público, fiscalizará a fabricação, o comércio, o transporte, o depósito e o emprego de inflamáveis e explosivos na forma desta Lei.

Art.185º - É considerada inflamável, entre outros, materiais fosforados, gasolina e demais derivados do petróleo, éteres, álcoois e óleo em geral, carbureto, alcatrão e materiais betuminosos ou líquidos.

Parágrafo Único - Consideram-se explosivos, entre outros, fogos de artifício, nitroglicerina, seus compostos e derivados, pólvoras, algodão pólvora, espoletas e estopins; fulminantes, cloretos, formiatos e congêneres; cartucho de guerra, caça e minas.

Art.186º - Não será fornecida licença para a construção de postos de abastecimento de veículos automotores ou garagens comerciais em locais compreendidos em área formada por um raio de 100m de distância de hospitais, casas de saúde ou de estabelecimento de ensino.

Art.187º - É absolutamente proibido, sujeitando-se os transgressores à pena de multa:

a) . Fabricar explosivos sem licença especial e em lugar não determinado pela municipalidade;

b) . Manter depósito de substâncias inflamáveis ou de explosivos sem atender às exigências legais, quanto à construção e segurança;

c). Depositar ou conservar nas vias públicas, embora provisoriamente, inflamáveis ou explosivos.

§ 1º . Aos varejistas é permitido conservar, em cômodos apropriados e em armazéns ou lojas, a quantidade fixada pela municipalidade na respectiva licença, de matéria inflamável ou explosiva que não ultrapassar a venda possível em 15 (quinze) dias.

§ 2º . Os fogueteiros e exploradores de pedreiras poderão manter depósito de explosivos correspondentes ao consumo de 30 (trinta) dias, desde que os depósitos estejam localizados em uma distância mínima de 250m da habitação mais próxima, a cento e 150m das ruas ou estradas e a 250m do local da explosão ou detonação. Se as distâncias a que se refere este parágrafo forem superiores a 500m é permitido o depósito de maior quantidade de explosivos.

Art.188º - Os depósitos de explosivos e inflamáveis só serão construídos em locais especialmente designados na zona rural e com licença especial da municipalidade.

Parágrafo Único - Entende-se por "zona rural", além das assim oficialmente consideradas, as que pela pouca densidade populacional e pela falta de melhoramentos pública, possam ser, a critério da municipalidade, caracterizadas de "zona rural".

Art.189º -Os depósitos de explosivos, compreendendo todas as dependências e anexos, inclusive casas de residência dos empregados que se situarem a uma distância mínima de 250m dos depósitos, serão dotados de instalações para combate ao fogo e de extintores de incêndio portáteis, em quantidade e disposição conveniente.

Art.190º -A exploração de pedreiras depende de licença da municipalidade, e, quando nela for empregado explosivo, este será exclusivamente do tipo e espécie mencionados na respectiva licença.

Art.191º - Para exploração de pedreiras com explosivos será observado o seguinte:

a) .Colocação de sinais nas proximidades das minas que possam ser percebidos distintivamente pelos transeuntes a, pelo menos 100m de distância;

b) .Adoção de um toque convencional e prolongado, dando o sinal de fogo.

Art.192º - Os depósitos de inflamáveis em geral, compreendendo todas as dependências, serão dotados de instalações completas para combate ao fogo conservado em perfeito estado de funcionamento.

Art.193º - Os veículos que transportam combustíveis ou inflamáveis que trafegam no perímetro urbano, deverão trazer indicações visíveis da natureza de sua carga.

Art.194º - Os servidores que autorizarem ou derem licença de funcionamento, mesmo a título precário ou provisório, sem atender as exigências deste capítulo e da segurança pública, estão sujeitos a pena de demissão.

Art.195º - As infraçõesdas disposições contidas neste capitulo acarretara a imposição de multa que vareiam de 300 (trezentas) a 600 (seiscentas) UFM (Unidade Fiscal Municipal).

Paragrafo Único. Cada reincidência destas infrações sofrera acréscimo de 3 (três) vezes o valor da penalidade anterior.

CAPÍTULOXXVI

Das Indústrias

Art.196º -A indústria só poderá ser localizada nas zonas indicadas no Plano Diretor da Cidade.

Art.197º - À indústria aplicam-se, no que couber, todos os preceitos relativos ao comércio localizado, e mais:

a) . Proibição de despejar nas vias públicas e noutros logradouros, bem como nos pátios ou terrenos, os resíduos provenientes de suas atividades;

b) . Obrigação de conservar limpos o recinto do trabalho e os pátios interiores;

c) . Proibição de canalizar para as vias públicas e noutros logradouros o escape dos aparelhos de pressão ou líquidos de qualquer natureza;

d) . Obrigação de reparar a faixa de rolamento ou passeio danificado em decorrência de suas atividades;

e) . Obrigação de construir chaminés, de modo a evitar que a fuligem se espalhe pela vizinhança;

f) . Obrigação de conservar em perfeita limpeza os passeios e a faixa de rolamento fronteiro as suas fábricas;

g) . Poluir as águas públicas.

Art. 198º -Toda a indústria, inclusive a já instalada, é obrigada a manter sistema técnico que impeça a emanação de mau cheiro.

Parágrafo Único - Se, dentro do prazo dado na intimação, não for cumprido o disposto neste artigo, aplicar-se-ão multas de 100 (cem) a 200 (duzentas) URM (Unidade de Fiscal Municipal), até a satisfação da exigência, por mês de atraso.

Art.199º - As infraçõesdas disposições contidas neste capitulo acarretara a imposição de multa que vareiam de 300 (trezentas) a 600 (seiscentas) UFM (Unidade Fiscal Municipal).

Paragrafo Único. Cada reincidência destas infrações sofrera acréscimo de 3 (três) vezes o valor da penalidade anterior.

CAPÍTULO XXVII

Dos Anúncios de Propaganda

Art. 200º - São anúncios de propaganda as indicações por meio de inscrições, letreiros, tabuletas, dísticos, legendas, placas visíveis da via pública, em locais frequentados pelo público, ou por qualquer forma exposta ao público, e referentes a estabelecimentos comerciais, industriais ou profissionais, a empresa ou produtos de qualquer espécie, ou a reclame de qualquer pessoa ou coisa.

Art. 201º - Nenhum anúncio poderá ser exposto ao público ou mudado de local, sem prévia licença da municipalidade.

Parágrafo Único - Os anúncios de qualquer espécie, luminosos ou não, com pinturas decorativas ou simplesmente letreiros, terão de submeter-se à censura municipal, mediante apresentação dos desenhos e dizeres, em escala mínima de 1:20devidamente cotadas, em duas vias contendo:

a) . As cores que serão usadas;

b) . A disposição do anúncio e onde será colocado;

c). As dimensões e a altura da sua colocação em relação ao passeio;

d) . A natureza do material de que será feito.

Art. 202º - É proibido, sob pena de multa e obrigação de ressarcir os danos causados, a colocação de anúncios.

a) . Que obstruam, interceptem ou reduzam o vão das portas, janelas ou bandeirolas;

b) . Que, pela quantidade, proporções ou disposições, prejudiquem o aspecto das fachadas;

c) . Que desfiguram, de qualquer forma, as linhas arquitetônicas dos prédios;

d) . Que, de qualquer modo, prejudiquem os aspectos paisagísticos da cidade; seus panoramas, monumentos típicos, tradicionais ou históricos, prédios públicos, igrejas, monumentos ou templos;
e) . Que, pela sua natureza, provoquem aglomerações prejudiciais ao trânsito;

f) .Que sejam escandalosos e atentem contra a moral.

Art. 203° -Ainda, sob pena de multa, são proibidos os anúncios:

a) . Inscrições nas folhas das portas ou janelas;

b) . Encostados ou dependurados as portas ou paredes externas dos estabelecimentos comerciais e industriais, exceto quando colocados em mostradores artísticos de tipo aprovado pela municipalidade;

c) .Escritos ou impressos em idiomas estrangeiros como os cardápios de hotéis, restaurantes, bares, cafés ou semelhantes, a menos que não exista expressão correspondente no idioma nacional;

d) . Pregados, colocados ou pendurados nas árvores das vias públicas ou noutros logradouros, ou nos postes de iluminação ou telefônicos;

e) , Confeccionados de material não resistente á intempérie, exceto os que forem para uso no interior dos estabelecimentos, ou para distribuir a domicílio, ou em avulsos;
f) . Aderentes colocados nas fachadas dos prédios, paredes ou muros, salvo com licença especial da municipalidade;

g) . Em avulsos para distribuição ao público, nas vias públicas, ou para entrega a domicílio, sem licença da municipalidade;

h) . Em faixas que atravessam a via pública, exceto com licença da municipalidade;

i) . Ao ar livre, com base de espelho;

j) . Redigidos incorretamente.

§ 1° . É obrigada a conservação das faixas a altura conveniente, e, do material e da pintura dos anúncios, tudo a juízo da municipalidade, e sem modificação nos dizeres ou de local, salvo com licença especial;

§ 2º . Serão facultadas as casas de diversões, cinemas, teatros e outros, a colocação de programas e cartazes artísticos na sua parte externa, desde que colocados em local próprio e se refiram exclusivamente as diversões nelas exploradas.

Art. 204º -São responsáveis pelos impostos correspondentes ou multas:

a) . Os proprietários de estabelecimentos franqueados ao público ou de imóveis que permitam inscrição ou colocação de anúncio no interior dos mesmos;

b) . Os proprietários de automóveis, ônibus, caminhões e veículos em geral, pelos anúncios colocados em seus veículos;

c) . As companhias, empresas ou particulares que se encarreguem da afixação de anúncios em qualquer parte e em quaisquer condições.

Art. 205º -Aplicam-se as disposições deste Código:

a) . Placas ou letreiros de escritório, consultórios, estabelecimentos comerciais, industriais, profissionais e outros;

b) . A todo e qualquer anúncio, colocado em lugar estranho a atividade ali realizada.

Parágrafo Único -Fazem exceção a alínea "a" deste artigo, as placas ou letreiros que não excedem de 0,30 x 0,15 ou de área correspondente e que só contenham a indicação da atividade exercida pelo interessado, nome, profissão e horário de trabalho.

Art. 206º - As licenças para anúncios de propaganda comercial, em geral, serão concedidas pela municipalidade, a seu critério, por prazo determinado, com direito a renovação, mediante pagamento do respectivo tributo e emolumento, mensal, anual ou por vez, de acordo com as leis fiscais do Município.

Art. 207º - As infrações das disposições contidas neste capitulo acarretara a imposição de multa que vareiam de 300 (trezentas) a 600 (seiscentas) UFM (Unidade Fiscal Municipal), sem prejuízo dos procedimentos competentes.

Parágrafo Único. Cada reincidência destas infrações sofrera acréscimo de 3 (três) vezes o valor da penalidade anterior.

CAPÍTULO XXVIII

Das Propagandas Faladas

Art. 208º - O uso de alto-falantes e carros de som para fins comerciais ou os permanentes para qualquer fim, será permitido somente com a previa licença da municipalidade das 8:00 as 20:00 horas, em tonalidade que não perturbe o sossego público.

Art. 209º - Para os fins deste Capítulo, não há distinção entre alto-falantes instalados nos locais permitidos ou sobre veículos, devendo os últimos, entretanto, obedecer asdeterminações das autoridades do Trânsito e fiscalização municipal.

Art. 210º - Será, também, permitido o uso de aparelhos de rádio, *com alto-falantes* externos, ou em locais abertos, onde se realizem divertimentos públicos, devendo o aparelho ser regulado convenientemente, de modo que o som produzido não se torne prejudicial à tranquilidade dos moradores circunvizinhos.

Parágrafo Único - Cada alto-falante que resultar de extensões de aparelho de rádio é considerado como provindo de um novo aparelho receptor.

Art. 211º -Estão sujeitos as disposições deste Capítulo, exceto quanto ao horário previsto no artigo 139, os alto-falantes de qualquer mecanismo instalados provisoriamente, nos locais externos ou abertos, em festas e solenidades públicas.

Art. 212º - As disposições referentes aos locais onde se realizem divertimentos públicos aplicam-se as agremiações de frequência privativa dos seus associados desde que os alto-falantes e suas extensões sejam externos e colocados em locais abertos.

Art. 213º - O uso de alto-falantes *em logradouros* públicos, dependerá de autorização especial do Município que examinará, em cada caso, a sua conveniência, atento ao horário e as necessidades do sossego público.

Art. 214º - Não será concedida licença para funcionamento de alto-falantes nas proximidades de quartéis, hospitais, escolas, creches, emissoras de rádio, repartições públicas, maternidades, conventos, seminários e instalações congêneres.

Parágrafo Único - É fixada a distância mínima de 200m entre a corneta acústica dos aparelhos e os locais enumerados neste artigo.

Art. 215º - Ainda que instalados regularmente, não poderão funcionar os alto-falantes nas proximidades de templos de qualquer credo religioso, durante as celebrações dos ofícios de culto.

Art. 216º - O funcionamento de alto-falantes para propaganda partidária obedecerá ao que dispõe o Código Eleitoral e as atribuições da Justiça Eleitoral.

Parágrafo Único - Se o alto-falante for utilizado em propaganda mista, comercial e partidária, ficará sujeito as prescrições desta Lei, na parte referente a propaganda comercial, e a legislação eleitoral, na parte respectiva.

Art. 217º - Para a obtenção da licença de que trata esta Lei, os interessados deverão requerer, juntando provas de que satisfizerem as exigências do órgão policial competente.

Art. 218º - Os requerentes ficarão sujeitos ao pagamento dos tributos previstos pela legislação tributária do Município.

Art. 219º - As licenças para instalação e funcionamento de alto-falantes só serão concedidas a título precário.

Art. 220º - O infrator de qualquer das disposições deste Capítulo, além da cassação de sua licença, quando for o caso, será processado e punido na forma desta Lei, com multas quevariamde 300 (trezentas) a 600 (seiscentas) UFM (Unidade de Fiscal Municipal).

Art. 221º - A fiscalização do cumprimento das disposições deste Capítulo cabe ao serviço de fiscalização do Município, ressalvadas a competência atribuída aos órgãos de fiscalização e policial do Estado e a Justiça Eleitoral, ficando sujeita a parte municipal ao regime de direto autoral.

CAPÍTULO XXIX

Da Limpeza dos Terrenos

Art. 222º - Os terrenos situados na área urbana deste Município deverão ser mantidos limpos,murados ou cercados com arame liso, capinados e isentos de quaisquer matérias nocivas à saúde da vizinhança e da coletividade.

§ 1º - A limpeza de terrenos deverá ser realizada pelo menos três vezes por ano;

§ 2º - Nos terrenos referidos no presente artigo não se permitirá fossas abertas, escombros de edifícios, construções inabitáveis ou inacabadas;

§ 3º- E proibido sobre qualquer pretexto queimar, mesmo no próprioquintal, lixo ou quaisquer materiais em quantidade capaz de molestar a vizinhança.

§ 4º - Quando o proprietário de terreno não cumprir as prescrições do presente artigo e dosparágrafos anteriores, a fiscalização municipal deverá intimá-lo a tomar as providências devidas dentro do prazo de 5 (cinco) dias;

§ 5º - No caso de não serem tomadas as providências devidas no prazo fixado no parágrafo anterior, o proprietário sofrera pena de multa fixada no artigo 231 desta lei.

Art. 223º - É proibido depositar ou descarregar qualquer espécie de lixo, inclusive resíduos industriais, em terrenos localizados nas áreas urbanas e de expansão deste Município, mesmo que os referidos terrenos não estejam devidamente fechados.

§ 1º - A proibição do presente artigo é extensiva às *margens* das rodovias federais, estaduais e municipais, bem como aos caminhos municipais;

§2º - O infrator incorrerá em multa, dobrada na reincidência;
§3º - A multa será aplicada, pela mesma infração e idêntico valor, a quem determinar o transporte e depósito de lixo ou resíduos e ao proprietário de *veículo no qual* for realizado o transporte;

§ 4º - Quando a infração for da responsabilidade de proprietário de estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviço, será cancelada sua licença de funcionamento na terceira reincidência, sem prejuízo da multa cabível.

Art. 224º - O terreno, qualquer que seja sua destinação, deverá ser preparado para dar fácil escoamento às águas pluviais e para ser protegido contra águas de infiltração, mediante:

a) - Absorção natural do terreno;

b) - Encaminhamento das águas, através de canalização subterrânea, para vala ou curso de águas situadas nas imediações;

c) - Canalização para sarjeta ou valeta de logradouros.

Art. 225º - Quando existir galerias de águas pluviais no logradouro, o encaminhamento de águas pluviais e de infiltração do terreno poderá ser feito por meio de canalização, se a Prefeitura assim o permitir.

§ 1º - A ligação de ramal privativo à galeria de águas pluviais poderá ser feita diretamente por meio de caixa de ralo, poço de visita ou caixa de areia, sendo obrigatória uma pequena caixa de inspeção no interior do terreno, próximo ao alinhamento no início do respectivo ramal;

§ 2º - Quando as obras referidas no parágrafo anterior forem executadas pela Prefeitura, as despesas correrão por conta exclusivas do interessado;

§ 3º - Os materiais necessários à execução das obras serão fornecidos pelo interessado no respectivo local, de acordo com a relação organizada pelo órgão competente da Prefeitura, devolvendo esta, os que porventura não forem utilizados.

Art. 226º -Não existindo galerias de águas pluviais no logradouro, poderá ser feita a canalização das águas pluviais e de infiltração do terreno para a sarjeta ou valeta do referido logradouro, caso a Prefeitura assim o decidir.

§ 1º - Se a declividade do terreno foi insuficiente para a execução indicada no presente artigo, a Prefeitura exigirá terraplenagem até o nível necessário;

§ 2º - Quando a galeria de águas pluviais for construída no logradouro, a Prefeitura poderá exigir a ligação do ramal privativo do terreno particular à referida galeria.

Art. 227º - O terreno suscetível de erosão, desmoronamento ou carreamento de terras, materiais, detritos, destroços e lixo para logradouros, sarjetas, valas ou canalização pública e particular será obrigatoriamente protegido por obras de arrimo.

Parágrafo Único - As obras a que se refere o presente artigo poderão ser, dentre outras, as seguintes exigidas:

a) -Regularização e acomodação do solo de acordo com o regime de escoamento das águas afluentes;

b) -Revestimento do solo e dos taludes com gramíneas ou plantas rasteiras;

c) -Disposição de sebes vivas para fixação de terras e retardamento do escoamento superficial;

d) -Ajardinamento, com passeios convenientemente dispostos;

e) -Pavimentação parcial ou total com pedras, lajes ou concreto;

f) -Cortes escalonados com banquetas de defesa;

g) -Muralhas de arrimo das terras e plataformas sucessivas, devidamente sustentadas ou taludes;

h) -Drenagem a céu aberto por sistema de pequenas valetas e canaletas revestidas;

i) -Valas de contorno revestidas ou cobras de circulação para a captação de afluxo pluvial das encostas;

j) -Eliminação ou correção de barrancos ou taludes muito aprumados, não estabilizados pela ação do tempo;

k) -Construção de canais, de soleira contínua ou em degraus, galerias, caixas de areias e obras complementares;

l) -Construção de pequenas barragens ou canais em cascatas, em determinados talvegues.

Art. 228º -A qualquer tempo que se verifique iminência de desagregação e arrastamento de terras, lamas e detritos para logradouros, cursos de água ou valas, o proprietário do terreno é obrigado a executar as medidas que forem impostas pela Prefeitura.

Art. 229º - Quando as águas de logradouros públicos se concentrarem ou escoarem em terreno particular será exigida do proprietário faixa de servidão ou "nenaedificandi" dos terrenos para que a Prefeitura proceda à execução de obras que assegurem o escoamento das águas sem prejudicar o imóvel.

Art. 230º - As obras em encostas e valetas de rodovias ou suas plataformas deverão ser executadas de forma que permitam fácil escoamento das águas pluviais.

§ 1º - As águas pluviais não poderão ser abandonadas na fralda dos terrenos, sendo obrigatório seu encaminhamento aos pontos de coletas indicados pela Prefeitura;

§ 2º - Os proprietários de terrenos marginais a entradas e caminhos são obrigados a dar saída às águas pluviais, não podendo obstruir os esgotos e vias feitas para tal fim.

Art. 231º -Os proprietários de terrenos baldios ou terrenos edificados que descumprirem as determinações dos dispositivos deste ***"capitulo"*** serão penalizados com multas que vareiam de 300 (trezentas) a 600 (seiscentas) UFM (unidade fiscal municipal).

Paragrafo Único. Cada reincidência destas infrações sofrera acréscimo de 3 (três) vezes o valor da penalidade anterior.

CAPÍTULO XXX

Da Alimentação Pública

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 232º -A Prefeitura exercerá em colaboração com autoridades sanitárias federais, a fiscalização sobre fabricação e comércio de gêneros alimentícios.

§ 1º - A fiscalização da prefeitura abrange:

a) - Aparelhos, utensílios e recipientes empregados no preparo, fabrico, manipulação, acondicionamento, conservação, armazenagem, depósito, transporte distribuição e venda de gêneros alimentícios;

b) - Locais onde se recebam, preparem, fabriquem, beneficiem, depositem, distribuam e exponham à venda de gêneros alimentícios;

c) - Armazéns e veículos de empresas transportadoras que efetuarem o depósito ou transporte de gêneros alimentícios, ainda que noturno, bem como os domicílios onde se acharem estes porventura ocultos.

Art. 233º - Para efeito deste Código, gênero alimentício é toda substância destinada à alimentação humana.
§ 1º - Impróprio para consumo será o gênero alimentício:

a) - danificado por umidade ou fermentação, de caracteres físicos ou organolépticos anormais;

b) - de manipulação ou acondicionamento precário, prejudicial à higiene;

c) - alterado, deteriorado, contaminado ou infetado de parasito;

d) - fraudado, adulterado ou falsificado;

e) - que contiver substâncias tóxicas ou nocivas à saúde.

§ 2º - Contaminado ou deteriorado será o gênero alimentício:

a) - Contendo parasitos e bactérias causadoras de putrefação e capazes de transmitir doenças ao homem;

b) - Contendo micro-organismos de origem fecal humana que *propague enegrecimento* e gosto ácido;

c) - Contendo gás sulfídrico ou gasogênio suscetíveis de produzir o estofamento do vasilhame que o contenha.

§ 3º - Alterado será o gênero alimentício:

a) - Com avaria ou deterioração;

b) - De características organolépticas causadas por ação de umidade, temperatura, micro-organismo, parasitos;

c) - Prolongada ou deficiente conservação e acondicionamento.

§ 4º - Adulterado ou falsificado será o gênero alimentício:

a) - Misturado com substâncias que modifiquem sua qualidade, reduzam seu valor nutritivo ou provoquem sua deterioração;

b) - Supresso de qualquer de seus elementos de constituição normal;

c) - Contendo substâncias ou ingredientes nocivos à saúde;

d) - Total ou parcialmente substituído por outro de qualidade inferior;

e) - Colorido, revestido, aromatizado, ou acondicionado por substâncias estranhas;
f) - Que aparentar melhor qualidade do que a real, exceto nos casos expressamente previstos neste Código.

§ 5º - Fraudado será o gênero alimentício:

a) - Substituído, total ou parcialmente, em relação ao indicado no recipiente;

b) - Que, na composição, peso ou medida, diversificando enunciado no invólucro ou rótulo.

Art. 234º - Nos estabelecimentos de gêneros alimentícios, nenhuma pessoa poderá ser admitida ao trabalho sem dispor, previamente, de carteira de saúde expedida pela repartição sanitária competente.

Parágrafo Único - Para ser concedida licença a vendedor ambulante de gêneros alimentícios, deverá o mesmo satisfazer à exigência estabelecida neste artigo.

Art. 235º - No interesse da saúde pública, a autoridade municipal competente proibirá o infresso e venda de gêneros alimentícios de determinadas procedências, quando justificados os motivos.

Parágrafo Único - As empresas e firmas que infringirem o disposto no presente artigo serão passíveis de penalidade.

SEÇÃO II

Do Preparo e Exposição de Gêneros Alimentícios

Art. 236º - Asseio e limpeza deverão ser observados nas operações de fabrico, manipulação, preparo, conservação acondicionamento e venda de gêneros alimentícios.

Parágrafo Único - Excepcionalmente, será permitida a venda de frutas verdes, desde que sejam para fins especiais.

Art. 237º - Os gêneros alimentícios deverão ser fabricados com matéria-prima, segundo as exigências deste Código.

Art. 238º - Os gêneros alimentícios industrializados, para serem expostos à venda, deverão ser protegidos:

I - Por meio de caixas, armários ou dispositivos envidraçados, os produtos feitos por processo de fervura, assadura ou cozimento;

II - Por refrigeração em recipientes adequados, os produtos lácteos;
III - Por meio de vitrines, os produtos a granel e varejo, que possam ser ingeridos em cozimento;

IV - Por meio de ganchos metálicos, inoxidáveis, as carnes em conserva não enlatadas;

V - Por empacotamento, enlatados e encaixotados, massas, farinhas e biscoitos;

VI - Por ensacamento, farinhas de mandioca, milho e trigo.

Art. 239º -As frutas, para serem expostas à venda, deverão:

I - Ser colocadas em mesas ou estantes rigorosamente limpas, estar afastadas no mínimo um metro dos umbrais das portas externas do estabelecimento vendedor;

II - Estar sazonadas e em perfeito estado de conservação;

III - Não ser descascadas nem expostas em fatias;

IV - Não estar deterioradas.

Art. 240º - As verduras para serem expostas à venda deverão:

I - Ser frescas;

II - Estar lavadas;

III - Não estar deterioradas;

IV - Ser despejadas de suas aderências inúteis, se estas forem de fácil composição.

Parágrafo Único - As verduras que tiverem de ser consumidas sem cozimento, deverão ser dispostas em depósitos, recipientes ou dispositivos de superfície impermeável, capazes de isolá-las de impurezas.

Art. 241º - É vedada a venda de legumes, raízes e tubérculos deteriorados ou grelados.

Art. 242º - É proibido utilizar para quaisquer outros fins os depósitos ou bancas de frutas e de produtos hortifrutigranjeiros.

Art. 243º- As aves vivas expostas à venda, dentro de gaiolas apropriadas, que possibilitem limpeza e lavagens diárias.

§ 1º - As gaiolas deverão ser colocadas em compartimentos adequados;

§ 2º - As aves consideradas impróprias para consumo, não poderão ser expostas à venda;

§ 3º - Nos casos de infração do disposto no parágrafo anterior, as aves deverão ser apreendidas pela fiscalização municipal e encaminhadas aos depósitos da Prefeitura, a fim de serem abatidas, não cabendo aos seus proprietários qualquer indenização por esse prejuízo.

Art. 244º - As aves abatidas deverão ser expostas à venda completamente limpas de plumagem, vísceras e partes não comestíveis e expostas em balcões frigoríficos ou câmaras frigoríficas.

Parágrafo Único - As aves serão vendidas em casas de carnes, seções correspondentes de supermercados, matadouros avícolas e casas de frios.

Art. 245º - Os ovos expostos à venda deverão ser previamente selecionados e estar em perfeito estado de conservação.

Art. 246º- Não será permitido o emprego de jornais ou quaisquer impressos e depapéis usados para embrulhar gêneros alimentícios.

SEÇÃO III

Do Transporte de Gêneros Alimentícios

Art. 247º - Veículos ou quaisquer outros meios de transporte de gêneros alimentícios deverão ser mantidos em permanente estado de asseio e de conservação.

Art. 248º - Os veículos de transporte de carnes e pescados deverão ser adequados para esse fim.

Art. 249º - Os veículos empregados no transporte de ossos e sebos deverão ser fechados, revestidos internamente com aço inoxidável e terem o piso e os lados externos pintados com tinta isolante.

Art. 250º- É proibido transportar ou deixar em caixas e cestos ou em qualquer veículo de condução para venda, bem como em depósitos de gêneros alimentícios, objetos estranhos ao comércio destes, sob pena de multa.

Parágrafo Único - Os infratores das prescrições do presente artigo serão multados e terão os produtos inutilizados.

Art. 251º - Não é permitido aos condutores de veículos, nem aos seus ajudantes, repousarem sobre os gêneros alimentícios que transportarem, sob pena de multa.

Parágrafo Único - No caso de reincidência de infração às prescrições do presente artigo, deverá ser apreendida a licença do veículo pela autoridade municipal que verificar a infração.

SEÇÃO IV

Dos Equipamentos, Vasilhames e Utensílios

Art. 252º - Os equipamentos, vasilhames e utensílios empregados no preparo, fabrico, manipulação, acondicionamento, conservação e venda de gêneros alimentícios deverão ser mantidos em perfeito estado de limpeza e de conservação, isentos de impureza e livres de substâncias venenosas.

§ 1º - É proibido o emprego de utensílios e materiais destinados à manipulação ou ao acondicionamento de gêneros alimentícios ou de materiais para o preparo destes, quando em sua composição ou método de fabricação constar arsênico;

§ 2º - Recipientes de ferro galvanizado só poderão ser utilizados para guardar gêneros alimentícios não ácidos;

§ 3º - Tubulações, torneiras e sifões empregados no transvasamento e envasilhamento de bebidas ácidas ou gasificadas, deverão ser de metais inoxidáveis;

§ 4º - Utensílios e vasilhames destinados ao preparo, conservação e acondicionamento de substâncias alimentícias só poderão ser pintados com matérias corantes de inocuidade comprovada;

§ 5º - Papéis ou folhas metálicas destinadas a revestir, enfeitar ou envolver produtos alimentícios, não deverão conter substâncias tóxicas;

§ 6º - Papéis, cartolinas e caixas de papelão ou de madeira, empregados no acondicionamento degêneros alimentícios deverão ser ignorados ou isentos de substâncias tóxicas;

§ 7º - A autoridade municipal competente poderá interditar temporária ou definitivamente o emprego de utensílios, aparelhos, vasilhame e instrumentos de trabalho, bem como de instalações, que não satisfaçam às exigências técnicas e às prescrições referidas neste Código;

§ 8º - Fechos de metal empregados no fechamento de garrafas e frascos de vidro deverão ter a parte interna revestida de matéria impermeável;

§ 9º - Fechos e rolhas usadas não poderão ser empregados para obturar recipientes ou frascos que contiverem gêneros alimentícios.

Art. 253º - A instalação e a utilização de aparelhos ou velas filtrantes, destinadas à filtração de água em estabelecimentos de utilização coletiva, industriais e comerciais, de gêneros alimentícios, dependerão de prévia autorização e instruções da entidade pública competente.

§ 1º - Os aparelhos ou velas filtrantes deverão ser proporcionais à quantidade de água estimada para o consumo do estabelecimento em causa;

§ 2º - Os aparelhos ou velas filtrantes deverão ser permanentemente limpos, a fim de assegurar as necessárias condições de higiene.

Art. 254º - É proibido o uso de produtos químicos destinados a facilitar a lavagem ou limpeza de utensílios e vasilhames empregados no preparo, manipulação, conservação e acondicionamento de produtos alimentícios que forem julgados nocivos ou prejudiciais à saúde.

Art.214 - Aparelhos, vasilhames e utensílios destinados a preparo, manipulação, acondicionamento ou envasilhamento de gêneros alimentícios a serem utilizados durante aalimentação, deverão ter registro de sua aprovação na entidade pública competente antes de serem expostos à venda e usados pelo público.

SEÇÃO V

Da Embalagem e Rotulagem de Gêneros Alimentícios

Art. 255º - O gênero alimentício industrializado e exposto à venda em vasilhame ou invólucro deverá ser rotulado com a marca de sua fabricação e as especificações bromatológicas correspondentes.

§ 1º - Os envoltórios, rótulos ou designações deverão mencionar: nome do fabricante, sede da fábrica, nome e natureza do produto, número de registro deste na entidade pública competente, além de outras especificações legalmente exigíveis;
§ 2º - Os produtos artificiais deverão ter, obrigatoriamente, a declaração de artificial, impressa ou gravada nos invólucros ou rótulos, em caracteres visíveis e perfeitamente legíveis;

§ 3º - É vedado o emprego de declaração ou indicação que atribua aos produtos alimentícios ação terapêutica de qualquer natureza ou que faça supor terem propriedades higiênicas superiores àquelas que naturalmente possuam;

§ 4º - As designações extras ou finas ou quaisquer outras que se refiram à boa qualidade de produtos alimentícios serão reservadas para aqueles que apresentarem as características organolépticas que assim os possam classificar, sendo vedada sua aplicação aos produtos artificiais.

Art. 256º - Os que designarem ou rotularem produtos alimentícios em desacordo com as prescrições legais, sofrerão a interdição dos mesmos, sem prejuízos de outras penalidades cabíveis.

SEÇÃO VI

Dos Estabelecimentos Industriais e Comerciais de Gêneros Alimentícios

Art. 257º - Nos edifícios de estabelecimentos comerciais e industriais de gêneros alimentícios, além das prescrições do Código de Edificações e Instalações, é obrigatória a instalação de:

I - Torneiras e rolos dispostos, de modo a facilitar a lavagem da parte industrial ou comercial, devendo os rolos ser providos de aparelho para reter as matérias sólidas, retirando-se estas diariamente;

II - Vestuários para empregados de ambos os sexos, não podendo os vestuários comunicar-se diretamente com os locais em que se preparem, fabriquem, manipulem ou depositem gêneros alimentícios;

III - Lavatórios com água corrente na proporção adequada ao número de pessoas que os possam utilizar, tanto os que neles trabalhem como os fregueses, sendo que estes quando for o caso;

IV - Bebedouros higiênicos com água filtrada.

§ 1º - Os balcões e armários deverão repousar diretamente no piso, sobre base de concreto, a fim de evitar penetração de poeira e esconderijo de insetos e de pequenos animais, ou serão instalados pelo menos a 0,20m (vinte centímetros) acima do piso, a fim de facilitar sua varredura e lavagem.

§ 2º - As pias deverão Ter ligação sifonada para a rede de esgotos.

§ 3º - No estabelecimento onde existir chaminé, a autoridade municipal competente poderá determinar, a qualquer tempo, que nela sejam feitos acréscimos ou modificações necessárias à correção de inconvenientes ou defeitos porventura existentes.

Art. 258º- No estabelecimento onde vendam gêneros alimentícios para consumo imediato, deverão existir, obrigatoriamente, à vista do público, cascas e papéis provenientes dos gêneros consumidos no local.

Art. 259º- Nos estabelecimentos industriais e comerciais de gêneros alimentícios, é obrigatório que sejam devidamente teladas as janelas, portas e demais aberturas das seguintes dependências:

I - Compartimentos de manipulação, preparo ou fabricação de gêneros alimentícios em geral;

II - Salas de elaboração dos produtos, nas fábricas de conservas de carnes e produtos derivados;

III - Sanitários.

§ 1º - Os depósitos de matérias-primas deverão ser protegidos contra insetos e roedores.

§ 2º - As prescrições do presente artigo são extensivas às aberturas das câmaras de secagem de panificadoras ou fábricas de massas e congêneres.

Art. 260º - As fábricas de gelo para uso alimentar deverão ter obrigatoriamente abastecimento de água potável.

Art. 261º - As leiteiras deverão ter balcões com tampa de mármore, aço inoxidável ou material equivalente, sendo obrigatório o mesmo tratamento em relação às prateleiras.

Art. 262º - As torrefações de café deverão ter, na dependência destinada ao depósito de café e sobre o piso, um estrado de madeira de 0,15m (quinze centímetros), no mínimo, acima do solo.

Art.263º - As destiladoras, cervejarias e fábricas de bebidas em geral deverão possuir aparelhamento mecânico para enchimento e fechamento de vasilhames, conforme as prescrições legais.

Art. 264º - Nos estabelecimentos ou locais em que se fabriquem, preparem, beneficiem, acondicionem, distribuam ou vendam gêneros alimentícios, é proibido depositar ou vender substâncias nocivas à saúde ou que sirvam para falsificação destes gêneros.

Parágrafo Único - Além da apreensão das substâncias a que se refere o presente artigo, os infratores serão passíveis de multa, sem prejuízos de outras penalidades e da ação criminal cabíveis no caso.

Art. 265º - Nos estabelecimentos onde se fabriquem, preparem, vendam e depositem gêneros alimentícios, existirão depósitos metálicos especiais dotados de tampos de fecho hermético, para a coleta de resíduos.

Art. 266º- Nos estabelecimentos e locais onde se manipulem, beneficiem, preparem ou fabriquem gêneros alimentícios, é proibido, sob pena de multa:

I - Fumar;

II - Varrer a seco;

III - Permitir a entrada ou permanência de cães ou quaisquer animais domésticos.

Art. 267º - Nos estabelecimentos industriais e comerciais de gêneros alimentícios, só poderão existir residências ou dormitórios quando o prédio dispuser de aposentos especiais para este fim, adequadamente separados da parte industrial ou comercial.

Parágrafo Único - Nos casos a que se refere o presente artigo, os compartimentos de habitação não poderão ter comunicação direta com as dependências ou locais destinados à manipulação, preparo ou fabrica, depósito ou venda de gêneros alimentícios.

Art. 268º - Os estabelecimentos industriais e comerciais de gêneros alimentícios devem ser obrigatoriamente mantidos em rigoroso estado de asseio e higiene e periodicamente dedetizados.

§ 1º - Sempre que se tornar necessário, a juízo da fiscalização municipal, os estabelecimentos de que trata o presente artigo deverão ser pintados ou reformados.

Art. 269º - Os empregados e operários dos estabelecimentos de gêneros alimentícios serão obrigados a:

I - Apresentar, anualmente, a respectiva carteira de saúde à repartição sanitária competente, para a necessária revisão;

II - Usar vestuário adequado à natureza do serviço durante o período de trabalho;

III - Manter o mais rigoroso asseio corporal.

Parágrafo Único - O empregado ou operário que for punido repetidas vezes, por infração a qualquer dos itens do presente artigo não poderá continuar a lidar com gêneros alimentícios.

SEÇÃO VII

Dos Supermercados

Art. 270º- Os supermercados deverão ser destinados especialmente à venda a varejo de gêneros alimentícios e, subsidiariamente, à venda de objetos de uso doméstico, mediante sistema de auto-serviço.

§ 1º - O sistema de vendas nos supermercados deverá proporcionar ao comprador fácil identificação, escolha e coleta de mercadorias;

§ 2º - O comprador deverá ter a seu dispor, à entrada do supermercado, recipiente próprio do estabelecimento destinado à coleta de mercadorias;

§ 3º - A operação de coleta de mercadorias nos supermercados deverá ser feita junto a balcões e prateleiras;

§ 4º - Excepcionalmente os supermercados poderão manter lojas complementares, para a operação de coleta de mercadorias por parte de sua clientela.

Art. 271º - Nos supermercados é proibido o preparo ou fabrico de produtos alimentícios de qualquer natureza, bem como a existência de matadouros avícolas e peixarias.

SEÇÃO VIII

Das Casas de Carnes e das Peixarias

Art. 272º - As casas de carnes e peixarias deverão:

I - Permanecer em estado de asseio absoluto;

II - Ser dotadas de ralos, bem como da necessária declividade no piso, que possibilitem lavagens e constante vazão de águas servidas sob o passeio;

III - Conservar os ralos em condições de limpeza, devendo ser diariamente desinfetados;

IV - Ser dotadas de torneiras e de pias apropriadas e em quantidade suficiente;

V - Ter balcões com tampo de mármore, aço inoxidável ou material equivalente, bem como revestidos, na parte inferior com material impermeável, liso, resistente e de cor clara;

VI - Ter câmaras frigoríficas ou refrigeradores mecânicos automáticos, com capacidade proporcional às suas necessidades;

VII - Não dispor de fogão fogareiro ou aparelhos congêneres;

VIII - Ter os utensílios mantidos no mais rigoroso estado de limpeza;

IX - Manter iluminação artificial elétrica, incandescente ou fluorescente.

§ 1º - Na conservação de carnes ou pescados, é vedado utilizar câmaras frigoríficas de expansão direta em que o gás empregado seja anídrico sulfuroso;

§ 2º - Em casas de carnes e em peixarias não será permitido qualquer outro ramo de negócio diverso ao da especialidade que lhes corresponde;

§ 3º - Os proprietários de casas de carnes e de peixarias, bem como seus empregados, são obrigados a:

a) - Usar, quando em serviço, aventais e gorros brancos, mudados diariamente;

b) - Cuidar para que nestes estabelecimentos não entrem pessoas portadoras de moléstias contagiosas ou repugnantes.

Art. 273º - Nas casas de carnes, é proibido:

I - Existir quaisquer objetos de madeira que não tenham função específica na manipulação das carnes;

II - Entrar carnes que não sejam as provenientes do Matadouro Municipal ou de matadouros-frigoríficos regularmente inspecionadas e carimbadas;

III - Guardar na sala de talho objetos que lhe sejam estranhos;

IV - Preparar ou manipular produtos de carnes para qualquer fim, mesmo nas suas dependências.

Art. 274º - Nas carnes com ossos o peso destes não poderá exceder a duzentos gramas por quilo.

§ 1º - Os sebos e outros resíduos de aproveitamento industrial deverão ser obrigatoriamente mantidos em recipientes estanques, bem como removidos, diariamente, pelos interessados;

§ 2º - Nenhuma casa de carnes poderá funcionar em dependência de fábricas de produtos de carnes e de estabelecimentos congêneres, mesmo que entre eles não exista conexão.

Art. 275º - Nas peixarias é proibido:

I - Existir qualquer objeto de madeira que não tenha função específica na manipulação de pescados;

II - Preparar ou fabricar conservas de peixes, mesmo nas suas dependências.

Art. 276° - Para limpeza e escamagem de peixes deverão existir, obrigatoriamente, locais apropriados, bem como recipientes para recolhimento de detritos, não podendo estes ser jogados no chão ou permanecer sobre as mesas.

§ 1° - Peixarias não poderão funcionar em dependências de fábrica de conservas de pescados.

SEÇÃO IX

Dos Vendedores Ambulantes de Gêneros Alimentícios

Art. 277°- Os vendedores ambulantes de gêneros alimentícios deverão:

I - Ter carrinhos de acordo com os modelos oficiais da Prefeitura;

II - Velar para que os gêneros que ofereçam não estejam deteriorados nem contaminados e se apresentem em perfeitas condições de higiene;

III - Ter os produtos expostos a venda conservados em recipientes apropriados, para isolá-los de impurezas e de insetos;

IV - Usar vestuário adequado e limpo;

V - Manter-se rigorosamente asseados.

§ 1° - Ao vendedor ambulante de gêneros alimentícios de ingestão imediata, é proibido tocá-los com as mãos, sob pena de multa, sendo a proibição extensiva à freguesia;

§ 2° - Os vendedores ambulantes de alimentos preparados não poderão estacionar em locais que facilitem a contaminação dos produtos expostos à venda.

Art. 278° - A venda ambulante de sorvetes, refrescos, doces, guloseimas, pães e outros gêneros alimentícios, de ingestão imediata, só serão feita em carros, caixas ou outros receptáculos fechados, de modo que a mercadoria seja inteiramente resguardada de poeira, de ação do tempo ou de elementos maléficos de qualquer espécie.

§ 1° - As partes das vasilhas destinadas à venda de gêneros alimentícios de ingestão imediata serão justapostas, de modo a preservá-los de qualquer contaminação.

§ 2º - O acondicionamento de balas, confeitos e biscoitos providos de envoltórios será feito em vasilhas abertas.

Art. 279º- No comércio ambulante de pescado deverá ser exigido o uso de uma caixa térmica ou geladeira.

Art. 280- As infraçõesdas disposições contidas neste capitulo acarretara a imposição de multa que vareiam de 200 (duzentas) a 1000 (mil) UFM (Unidade Fiscal Municipal).

Paragrafo Único. Cada reincidência destas infrações sofrera acréscimo de 3 (três) vezes o valor da penalidade anterior.

CAPÍTULO XXXI

Da Higiene

SEÇÃO I

Da Higiene nos Estabelecimentos Comerciais, Industriais e Prestadores de Serviço em Geral

Art. 281º - A licença para funcionamento de edifício e instalações qualquer estabelecimento comercial e industrial será concedida após vistoria regular procedida pela Prefeitura.

Parágrafo Único - Para observância do disposto no presente artigo a Prefeitura poderá exigir modificações e/ou instalações de aparelhos que se fizerem necessários.

Art. 282º - A fiscalização da Prefeitura será vigilante no que se refere aos estabelecimentos industrial cujo funcionamento possa tornar-se nocivo ou incômodo à vizinhança pela produção de odores, gases, fumaças, ruídos e poeiras.

§ 1º - A construção ou instalação de estabelecimentos industriais a que se refere o presente artigo só será permitida se os mesmos forem convenientemente isolados e afastados das residências vizinhas, bem como dotados de meios, aparelhos e instalações tecnicamente adequadas;

§ 2º - No caso de estabelecimento de trabalho já instalado que porventura ofereça ou venha a oferecer perigo à saúde ou acarrete ou venha a acarretar incômodo aos vizinhos, os proprietários serão obrigados a executar os melhoramentos que se fizerem necessários à remoção dos inconvenientes.

Art. 283º - Em todo e qualquer local de trabalho deverá haver iluminação suficiente e adequada, natural ou artificial, apropriada à natureza da atividade, levando-se em conta a luminosidade exterior e dando-se preferência à iluminação natural.

§ 1º - Na exigência dos iluminamentos mínimos admissíveis referentes à iluminação natural ou artificial, deverão ser observados os dispostos do Código de Edificação e Instalações e da Legislação Federal sobre higiene de trabalho e as especificações estabelecidas pela ABNT;

§ 2º - A iluminação deverá incidir em direção que não prejudique movimentos e visão de empregados, nem provoque sombras sobre objetos que devam ser iluminados;

§ 3º - Nos casos de iluminação elétrica, esta deverá Ter fixidez e intensidade necessárias à higiene visual.

Art. 284º - As janelas, claraboias ou coberturas iluminantes horizontais ou em dentes-de-serra, deverão ser dispostas de maneira a não permitir que o sol incida diretamente sobre o local de trabalho.

Parágrafo Único - Quando necessário, deverão ser utilizados recursos técnicos para evitar a insolação excessiva, como venezianas, toldos e cortinas e outros.

Art. 285º - Os locais de trabalho deverão ter ventilação natural que proporcione ambiente de conforto térmico compatível com a natureza da atividade.

Parágrafo Único - A ventilação artificial realizada por meio de ventiladores, exaustores, insufladores e de outros recursos técnicos será obrigatória, quando a ventilação for deficiente.

Art. 286º -As dependências em que forem instalados focos de combustão deverão:

I - Ser independentes de outras porventura destinadas à moradia ou ao dormitório;

II - Ter paredes construídas de material incombustível;

III - Ser ventiladas por meio de lanternas ou de aberturas nas paredes externas, colocadas na sua parte mais elevada.

Art. 287º -No caso de instalações geradoras de calor, deverão elas:

I - Ser dotadas de capelas antepares, paredes duplas, isolamento térmico e recursos similares;

II - Ficar localizadas, preferencialmente, em compartimentos especiais;

III - Ficar isoladas, no mínimo 0,50m (cinquenta centímetros) das paredes mais próximas.

Art. 288º - Deverão ser asseguradas condições de higiene e conforto nas instalações destinadas a refeições, inclusive de lanches, nos locais de trabalho.

Art. 289º - Deverão ser proporcionadas a empregados, facilidades para obtenção de água potável em locais de trabalho, especialmente bebedouros de jato inclinado e guarda-protetores, não instalados em pias ou lavatórios.

§ 1º - Em qualquer caso, é proibido o uso de copos coletivos ou a existência de torneiras sem proteção;

§ 2º - Mesmo a céu aberto, será obrigatório o provimento de água potável a empregados em serviços.

Art. 290º -Os estabelecimentos industriais cujas atividades exijam o uso de uniforme ou guarda-pó manterão locais apropriados para ambos os sexos, segundo as prescrições do Código de Edificações e Instalações e da Portaria nº 9, de 9/5/1968, do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho e demais disposições a respeito.

Art. 291º - Os estabelecimentos industriais manterão lavatórios situados em locais adequados à lavagem de mãos durante o trabalho, à saída dos sanitários antes das refeições.

Art. 292º - Os recantos dependências de estabelecimentos comercial e industrial serão mantidos em estado de higiene compatível com a natureza de seu trabalho.

Parágrafo Único - O serviço de limpeza geral dos locais de trabalho será realizado fora do expediente da produção e por processos que reduzam ao mínimo o levantamento de poeiras.

Art. 293º - As paredes dos locais de trabalho deverão ser pintadas com tinta laváveis ou revestidas de material de cerâmica ou similar, vidrado e conservadas em permanente estado de limpeza sem umidade aparente.

Art. 294º - Os pisos e locais de trabalho deverão ser impermeáveis, protegidos contra umidade.

Art. 295º - As coberturas dos locais de trabalho deverão assegurar proteção contra chuvas e insolação.

Art. 296º - Os hotéis, pensões, restaurantes, café, bares e estabelecimentos congêneres deverão:

I - Estar sempre limpos e desinfetados;

II - Lavar louças e talheres em água corrente;

III - Assegurar que a higienização das louças e talheres seja feita com água fervente;

IV - Preservar o uso individual de guardanapo e toalhas;

V - Ter açucareiro de tipos que permitam a retirada do açúcar sem o levantamento da tampa;

VI - Guardar louças e talheres em armários suficientemente ventilados, embora fechados, para evitar poeiras e insetos;

VII - Guardar as roupas servidas em depósitos apropriados;

VIII - Conservar cozinhas, copas e despensas devidamente asseadas e livres de insetos e roedores;

IX - Manter banheiros e pias permanentemente limpos.

Parágrafo Único - Empregados e garçons serão convenientemente trajados, uniformizados e limpos.

Art. 297° - Nos hotéis e pensões é obrigatória a desinfecção de colchões, travesseiros e cobertores.

Art. 298° - Nos salões de beleza, de barbeiros e cabeleireiros, os utensílios utilizados no corte de barba, corte e penteado de cabelos, serão esterilizados antes de cada aplicação.

Parágrafo Único - Durante o trabalho, oficiais e empregados usarão blusas branca, servindo à clientela toalhas e golas individuais rigorosamente limpas.

Art. 299° -Farmácias, drogarias e laboratórios deverão ter:

a) - Pisos em cores claras, resistentes a efeitos de ácidos, lisos, dotados de ralos e com a necessária declividade;

b) - Paredes de material adequado e de cor branca até a altura mínima de 2,0m (dois metros) e o restante das paredes em cores claras;

c) - Filtros e pias de água corrente;

d) - Bancas destinadas ao preparo de drogas, revestidas com material de fácil limpeza e resistentes a efeitos de ácidos e corrosivos.

Parágrafo Único - As exigências do presente artigo são extensivas aos laboratórios de análises e de pesquisas e as indústrias química e farmacêutica.

Art. 300º - Nos necrotérios e necrológios as mesas de autópsias e de exames clínicos serão obrigatoriamente de mármore, vidro, ardósia ou material equivalente, construído segundo modernas técnicas de engenharia sanitária.

Art. 301º - Os materiais, substâncias e produtos empregados na manipulação e transporte em locais de trabalho deverão conter etiqueta indicando sua composição, as recomendações de socorro imediato em caso de acidente, bem como o símbolo correspondente a determinado perigo, segundo padronização nacional ou internacional.

Parágrafo Único - Os responsáveis pelo emprego de substâncias nocivas afixarão, obrigatoriamente, avisos e cartazes sobre os perigos que acarreta a manipulação dessas substâncias, especialmente se produz aerodispersóides tóxicos, irritantes e alérgicos.

SEÇÃO II

Da Higiene nos Hospitais, Casas de Saúde e Maternidades

Art. 302º -Nos hospitais, casas de saúde e maternidade é obrigatório existir:

I - Lavanderia à água quente, com instalações completas de desinfecção;

II - Locais apropriados para roupas servidas;

III - Esterilização de louças, talheres e utensílios diversos;

IV - Frequentes serviços de lavagens e limpeza de corredores, salas sépticas e pisos em geral;

V - Desinfecção de quartos após a saída de doentes portadores de moléstias infectocontagiosas;

VI - Desinfecção de colchões, travesseiros e cobertores;

VII - Instalações de necrotério e necrológio, segundo dispositivos do Código de Obras, Edificações e Instalações.

§ 1º - Cozinha, copa de despensa deverão estar conservadas asseadas e em condições de completa higiene;

§ 2º -Banheiros e pias deverão estar sempre limpos e desinfetados.

SEÇÃO III

Da Higiene nos Estabelecimentos Educacionais

Art. 303º - Nos estabelecimentos educacionais deverá ser mantido permanente asseio geral e preservada absoluta condição de higiene em todos os recintos e dependências.

§ 1º - Atenção especial de higiene deverá ser dada aos bebedouros, lavatórios e banheiros;

§ 2º - Campos de jogos, jardins, pátios e demais áreas livres deverão ser mantidas permanentemente limpas, sem estagnação de águas e formação de lama.

Art. 304º -Os educadores em geral deverão dar atenção especial aos problemas de asseio e higiene do aluno e dos estabelecimentos educacionais.

Art. 305º - Os estabelecimentos educacionais em regime de internato deverão obedecer as prescrições dos artigos 110 e 111 deste Código.

SEÇÃO IV

Da Higiene nos Locais de Atendimento a Veículos

Art. 306º - Nos locais de atendimento a veículos é obrigatório que os serviços de limpeza, pintura, lavagem e lubrificação sejam executados em instalações destinadas a evitar a acumulação de água e resíduos de lubrificantes e seu escoamento para logradouro público.

§ 1º - A limpeza de veículos deverá ser feita em compartimento fechado, para que a poeira não seja arrastada pela corrente de ar;

§ 2º - Não é permitido descarregar água de lavagem de veículos e outras águas que possamarrastar óleos e graxas nas fossas de tratamento biológico de águas residuais.

Art. 307º - As infrações das disposições contidas neste capitulo acarretara a imposição de multa que vareiam de 300 (trezentas) a 600 (seiscentas) UFM (Unidade Fiscal Municipal).

Paragrafo Unico. Cada reincidência destas infrações sofrera acréscimo de 3 (três) vezes o valor da penalidade anterior.

CAPÍTULO XXXII

Da Manutenção, Uso e Limpeza de Locais Destinados à Prática de Desportos

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 308º - Os locais destinados à prática de desportos serão construídos segundo os preceitos, regras e especificação técnicas do Código de Edificações e Instalações. Manutenção, uso e limpeza serão programados de acordo com os preceitos e regras estabelecidos por este Código e pelas normas emanadas dos órgãos colegiados dos desportos e cultura.

SEÇÃO II

Dos Campos Esportivos

Art. 309º - A manutenção dos campos esportivos dar-se-á pela conservação de gramados, devidamente ensaibrados e drenados, de modo que águas de chuva não formem empoça mentos e lama.

§ 1º - Antes e depois de se realizar qualquer atividade esportiva deverá ser feita inspeção do gramado, objetivando preservar as condições de uso;

§ 2º - A utilização dos campos esportivos é condicionada ao liberatório de uso, expedido pela fiscalização de posturas, a requerimento de interessados.

SEÇÃO III

Das Piscinas

Art. 310º - Nas piscinas de natação deverão existir dependências em permanente estado de limpeza, segundo os mais rigorosos preceitos de higiene.

§ 1º - O lava-pés, na saída de vestuários, deverá Ter um volume de água clorada, que assegure a rápida esterilização dos pés de banhistas;

§ 2º - É considerada área séptica, privativa de banhistas e proibida aos assistentes, o pátio da piscina;

§ 3º - deverão ser instalados equipamentos que assegurem uniforme circulação, filtração e esterilização de água;

§ 4º - Cuidado especial deverá ser dado aos filtros de pressão e ralos distribuídos no fundo da piscina;

§ 5º - Deverá ser assegurado o funcionamento normal aos acessórios, tais como clorado e aspirador para limpeza do fundo da piscina;

§ 6º - A limpeza da água deve ser feita de tal forma que a uma profundidade de 3,00m se obtenha transparência e nitidez do fundo da piscina;

§ 7º - A esterilização da água das piscinas deverá ser feita por meio de cloro, seus compostos ou similares;

§ 8º - Deverá ser mantido na água um excesso de cloro livre, não inferior a 0,2 nem superior a 0,5 de unidade por milhão, quando a piscina estiver em uso.

§ 9º - Se o cloro e seus compostos forem usados com amônia, o teor de cloro residual na água não deverá ser inferior a 0,6 de unidade por milhão quando a piscina estiver em uso.

Art. 311º - Quando a piscina estiver em uso, é obrigatório:

I - Assistência permanente de um banhista responsável pela ordem disciplinar e pelas emergências;

II - Interdição da entrada a qualquer pessoa portadora de moléstia contagiosa, afecção visível da pele, doenças de nariz, garganta, ouvido e outros males indicados por autoridade sanitária competente;

III - Remoção, por processo automático, ao menos uma vez por dia, de detritos submersos, espuma e materiais que flutuem na piscina;

IV - Proibição de ingresso de garrafas e de copos de vidro no pátio da piscina;

V - Fazer o registro diário das principais operações de tratamento e controle da água usada na piscina;

VI - Fazer trimestralmente a análise da água, apresentando à prefeitura atestado da autoridade sanitária competente.

Parágrafo Único - Nenhuma piscina será usada quando suas águas forem julgadas poluídas pela autoridade sanitária competente.

Art. 312º - A frequência máxima das piscinas será de:

I - Cinco pessoas para cada metro cúbico de água, no caso de piscina de alimentação permanente e quando a quantidade de água for garantida por diluição;

II - Duas pessoas para cada metro cúbico de água, no caso de piscina de alimentação periódica por substituição total.

Art. 313º - O comércio e a indústria de gêneros alimentícios serão exercidos segundo as normas da Vigilância Sanitária do Município.

Art. 313º - As infrações das disposições contidas neste capitulo acarretara a imposição de multa que vareiam de 300 (trezentas) a 600 (seiscentas) UFM (Unidade Fiscal Municipal).

Paragrafo Único. Cada reincidência destas infrações sofrera acréscimo de 3 (três) vezes o valor da penalidade anterior.

CAPÍTULO XXXIII

Do Trânsito em Geral

Art. 314º - O trânsito é livre e sua regulamentação tem por objetivo manter a ordem, a segurança, a tranquilidade e o bem estar dos transeuntes e da população em geral.

Art. 315º - é expressamente proibido destruir, retirar ou inutilizar por pichação ou qualquer outro meio, placas empregada na sinalização vertical do transito, fixada ao lado ou suspensa sobre a pista, e de propriedade da prefeitura.

Art.316º -do mesmo modo e proibido inutilizar, por qualquer meio, linhas, marcações, símbolos e legendas, pintadas ou apostas sobre o pavimento das vias e que constituem sinalização horizontal de transito.

Art. 317º - assiste ao órgão executivo municipal de transito e fiscalização o direito de impedir o transito de qualquer veiculo ou meio de transporte que possa ocasionar danos á vias publica.

Art. 318º -É proibido afixar sobre a sinalização de transito e respectivos suporte, ou junto a ambos, qualquer tipo de publicidade, inscrições, legendas e símbolos que não se relacione com a mensagem da sinalização.

Art. 319º - A afixação de publicidade ou de quaisquer legendas ou símbolos ao longo das vias condiciona-se à previa aprovação do órgão do executivo de transito efiscalização domunicípio.

Art. 320º - O órgãoexecutivo de transito e fiscalização domunicípiopoderá retirar ou determinar a retirada imediata de qualquer elemento que prejudique a visibilidade da sinalização viária e a segurança do transito, com ônus para quem a tenha colocado.

Art. 321º - os locais destinados a postos de gasolina, oficinas, estacionamentos ou garagens de uso coletivo deverão ter suas entradas e saídas devidamente identificadas, na seguinte forma:

I) Posto de gasolina e de abastecimento de combustível:
a)As entradas e saídas deverão ter identificação física, com rebaixamento da guia (meio-fio) da calçada, deixando uma rampa com declividade suficiente à livre circulação de pedestre s/ou portadores de deficiência;

b) Nas esquinas do rebaixamento serão aplicados zebrados nas cores preta e amarela;
c)As entradas e saídas serão obrigatoriamente identificadas por sinalização vertical e horizontal;
II – oficinas, estacionamentos e/ou garagens de uso coletivo:

a) As entradas e saídas, além do rebaixamento da guia (meio-fio) da calçada deverão ser identificadas pela instalação, em locais de fácil visibilidade, de dispositivo que possua sinalização com luzes intermitentes na cor amarela.
Art. 322º – para postos de gasolina e abastecimento de combustíveis, oficinas e/ou garagens de uso coletivo instalados em esquinas das vias urbanas, a calçada será mantida inalterada até uma distância mínima de cinco metros para cada lado, contado a partirdo vértice do encontro das vias.

Art. 323º – nenhum projeto de edificação que possa transformar-se em polo atrativo de transito poderá ser aprovado sem a previa anuência do Órgão Executivo de Transito e Fiscalização e sem que dele conste área para estacionamento e indicação das vias de acesso adequadas.

Art. 324º – qualquer obstáculo à livre circulação e a segurança de veículos e pedestre, tanto na via quanto na calçada, caso não possa ser retirado, deva ser e imediata sinalizado.

§ 1º - E proibida a utilização de ondulações transversais e de sonorizares como redutores de velocidades, salvo em caos especiais definidos pelo órgão executivo de transito e postura do município, nos padrões e critérios estabelecidos pelo conselho nacional de transito.

§ 2º – tratando-se de materiais cuja descarga não possa ser feita, desde logo, diretamente no interior dos prédios, serátolerada a descarga e permanência na via publica, com o mínimo prejuízo ao transito, observando a regulamentação baixada pelo órgão executivo municipal de transito e fiscalização.

§ 3º - nos casos previstos no paragrafo anterior, os responsáveis pelos osbstáculos colocados nas vias publicas deverão advertir convenientemente os veículos, à distancia, dos prejuízos causados ao livre transito.

§ 4º - Os cavaletes utilizados para sinalização de transito, devem estar pintados com tinta reflexiva, de cor amarela.

Paragrafo Único – para os particulares, empresas e autarquias, a não observância das regras contidas nesse artigo, serão sancionadas da seguinte forma:

I– Advertência por escrito, notificando-se o infrator para sanar a irregularidade, no prazo de vinte e quatro horas, contadas da notificação, sob pena de multa;

II – Não sanada a irregularidade, será aplicada multa no valor de 200 a 400 UFM(Unidade Fiscal do Município);

III – em caso de reincidência, a multa prevista no inciso anterior será cobrada em triplo.

Art. 325º – As empresas prestadoras de serviços de recolhimento e movimentação de resíduos da construção civil, quando não possuírem locais apropriados para o despejo do entulho, só poderão deposita-lo em locais previamente determinados pela municipalidade.

Parágrafo Único – na infringência deste artigo, a empresa infratora será multada no valor de 150 a 300 UFM (Unidade Fiscal do Município) quando primaria e, na reincidência, a multa será dobrada sucessivamente a cada nova infração, sem prejuízo de procedimento administrativo, visando acassação do alvará de licença municipal.

Art. 326º - Fica proibida a retirada de entulho, lixo ou qualquer outro material inservível das ruas da cidade por veiculo de tração animal.

Art. 327º - É proibido embaraçar, por qualquer forma, o trânsito de pedestres ou veículos, exceto para efeito de obras públicas ou quando exigências policiais ou militares o determinarem.

Parágrafo Único - Sempre que houver necessidade de interromper o trânsito, deverá ser colocada sinalização vermelha visível de dia e luminosa à noite.

Art. 328º - Para a regularidade do trânsito e segurança dos pedestres e veículos, observar-se-ão a mão direta e a sinalização do Código Nacional de Trânsito.

§ 1º - Pedestres e veículos, na que couber, são obrigados a respeitar a sinalização nas vias públicas e noutros logradouros;

§ 2º - Incorre na pena de multa e na obrigação de reparar o dano causado, quem danificar ou destruir qualquer sinal de trânsito.

Art. 329º - É proibido, sob pena de multa, embaraçar o trânsito ou molestar os transeuntes por:

a) - Conduzir pelos passeios, volumes de grande porte;

b) - Conduzir pelos passeios, veículos de qualquer espécie;

c) - Brincar com carrinho de lomba, ou patinar, a não ser nas vias públicas ou noutros logradouros a isto destinados;

d) - Deixar árvores ou trepadeiras pendentes sobre a via pública;

e) - Pendurar objetos as portas, marquises ou toldos.

Parágrafo Único - Excetuam-se ao disposto na alínea "b" deste artigo, carrinhos de crianças ou de paralíticos, e nas ruas de pequeno movimento, triciclos e bicicletas de uso infantil.

Art. 325° -Sob pena de multas é proibido, nas vias públicas e noutros logradouros:

a) - Amarrar animais nas árvores, postes ou grades;

b) - Conduzir soltos animais perigosos;

c) - Tanger, por onde não forem permitidos, aves em bando, animais presos ou tropas;

d) - Montar animais não convenientemente domados ou conduzir a cavalgadura em marcha imoderada;

e) - Cavalgar sobre passeios ou canteiros;
f) - Conduzir animais com carga de grande comprimento.

Art. 326° - Assiste à municipalidade o direito de impedir o trânsito de qualquer veículo ou o emprego de qualquer meio de transporte que possa ocasionar danos à via pública.

Art. 327° - A infração às disposições deste Capítulo será punida, quando outra pena não estiver cominada pelo Código Nacional de Trânsito.

Art. 328° - As infrações das disposições contidas neste capitulo acarretara a imposição de multa que vareiam de 300 (trezentas) a 600 (seiscentas) UFM (Unidade Fiscal Municipal).

Paragrafo Único. Cada reincidência destas infrações sofrera acréscimo de 3 (três) vezes o valor da penalidade anterior.

CAPÍTULO XXXIV

Dos Veículos

Art. 329° - Veículos são meios de transporte de passageiros ou carga, particulares ou coletivos, motorizados ou não, tirados por animal ou impulsionados pela força do homem.

Art. 330° - O estacionamento de veículos será feito nas faixas de rolamento ou em locais para isso destinados, de modo que sua traseira ou dianteira não invada o passeio, exceto nas ladeiras.

Art. 331° - É proibido o pernoite de veículos nas vias públicas residenciais, a não ser em frente à estada da residência de seu proprietário.

Art. 332° - Todos os veículos, motorizados ou não, devem ajustar-se, quanto às dimensões, tipos e bitolas de rodado, as prescrições do Código Nacional de Trânsito.

Art. 333° – Fica proibido o trafego de veículo de médio e grande porte classificados no artigo 96 da Lei nº 9.503, de 23/09/97 – Código de transito brasileiro,na parte central da cidade, nos trechos compreendidos pelas ruas:Julia Moreira de Albuquerque, Inácio Levindo de oliveira, Brasil,Dr. Hitler de Lucena,Parima,AntônioSeabra, Ester de Oliveira Seabra, e nas demais ruas como,Maria dos Anjos Pimentel Guerreiro, Monte Roraima, Venezuela, IlzoMontenegroPeixoto eParamaribo, ficando autorizados apenas veículos de PBT (Peso Bruto Total) até 7.000,00 kg e 7,00 metros de comprimentonos horários de carga e descarga.

§1° – O serviço de carga e descarga descrita no artigo anterior obedecera aos seguinte dias e horários, de acordo com a capacidade de carga útil e comprimento dos veículos:

I –Veículos utilitários de até 1.500 kg – (PBT) e livre em qualquer horário, em espaços demarcados para estacionamento de automóveis;

II – veículos com capacidades deaté 7.000, 00 kg – (PBT) e de comprimento máximo de 7,00 metros: é permitido somente em espaços demarcados para CARGA/DESCARGA, em dias uteis das 18:00 ate 07:00 horas e aos sábados, domingos e feriados das 14:00 ate 07:00horas.

§2° - em caso de necessidade extrema dos veículos proibidos de trafegar nas vias indicadas no caput deste artigoserá necessária autorização previa com antecedência de, no, máximo 5 dias uteis e para os casos excepcional de urgência será de,no, máximo de 48 horas, da diretoria municipal de transito e da fiscalização, mediante pagamento de taxa de licença diária, prevista no na lei 223 de 29 de maio de 2014 código tributário do município, aplicasse aos incisos abaixo:

I – obras E serviços na via publica, com ou sem interdição, parcial ou total;

II – Transporte de materiais, maquinas e equipamentos de construção;

III – remoção de terra, entulho e transporte de caçamba;

IV–Concretagem de obra localizada nas vias atingidas pela proibição, desde que justificada, a juízo da autoridade, a impossibilidade de ser feita nos horários autorizados pela municipalidade.

V – Mudanças;

VI – Transporte de produtos perigosos;

§ 3º O não cumprimento do disposto deste no caput. deste artigo. Ao proprietário do veículo acarretara a imposição das penalidades cabíveis, prevista no artigo 187 do código transito brasileiro e a imposição de multa que variam de 300 a 1.200 UFM (Unidade de Fiscal Municipal.

§ 4º - executam-se da presente proibição, todos os caminhões e demais veículos utilizados pela policia civil, militar e federal, pelo corpo de bombeiros, forças armadas e qualquer que esteja servindo serviços emergenciais.

Art. 334º – Não será abrangido pela proibição do artigo 287 e seus parágrafos o transito de veículos previsto no artigo 29, inciso VI e VII, do CBT e dos relacionados a seguir:

I– Condição ao porte de veículo:

a) Veículos urbano de carga – VUC, definido como caminhão que apresenta comprimento acima de cinco metros e cinquenta centímetro largura máxima de dois metros e vinte centímetros e cuja carga útil seja acima de mil e quinhentos quilos;

b) Veiculo leve de carga – VLC, caracterizado com aquele caminhão que tenha comprimento acima de cinco metros e cinquenta centímetroaté o máximo de seis metros e trinta centímetro, largura máxima de dois metros e vinte centímetros e carga útil de mil e quinhentos quilos.

II – Condição de circulação especifica e relativa ao tipo de serviços, com veículos citados nas alíneas a e b, do inciso I do mesmo artigo:

a) Acesso de estacionamento próprio, sendo este exclusivamente para a movimentação do veiculo ate o seu local de guarda;

b) Urgência, conforme determina o§ 1º do artigo 287;

c) Socorro mecânico de emergência;

d) Reportagem;

e) Saneamento ambiental;

f)Transporte coletivo urbano;

g) Feiras livres;

h) Transporte de valores;

i) Obras e serviços de emergências.

Art.335º– os veículos apreendidosserão removidos, nos casos previstos no código de transito brasileiro e neste código para o deposito fixado pelo órgão executivo municipal de transitoe fiscalização do município e de acordo com as infrações de sua competência.

ParágrafoÚnico – a restituição dos veículos removidos sóocorrerá mediante o pagamento das multas, taxas e despesas com remoção e estada, além de outros encargos previstos na legislação específica e tributaria do município.

Art. 336º – os veículos apreendidos ou removidos, a qualquer titulo, não reclamados por seus proprietários, dentrode 30 (trinta) dias improrrogáveis, serão levados a hasta pública, deduzindo-ose, do valor arrecadado, o montante da divida relativa a multas, tributos e encargos legais, e o restante depositado na conta do proprietário; não sendo o mesmo localizado, será depositado em conta judicial e, se o montante não for suficiente para cobrir as despesas, o valor faltante será cobrado do proprietário pelo município.

Art. 337º - Todos os veículos, motorizados ou não, devem ajustar-se, quanto às dimensões, tipos e bitolas de rodado, as prescrições do Código Nacional de Trânsito.

Art. 338º - Nos veículos automotores é obrigado o uso de surdina adaptada ao cano de descarga.

Parágrafo Único - Os veículos automotores de transporte coletivo movidos a óleo cru deverão ter o cano de descarga com o escape dirigido para o alto.

Art. 339º - Os veículos destinados ao transporte de material repugnante ou nocivo à saúde ou à higiene deverão ter tanques, e os que conduzem material que facilmente se espalhe com vento devem ser fechados, pelo menos, nas quatro faces e carregados de tal modo que seu conteúdo não se derrame ou não se espalhe pela via pública.

Art. 340. As infrações das disposições contidas neste capitulo implicarainfração, passiva de notificação de natureza grave, conforme disposto no inciso do art. 187, do código transito brasileiro e a imposição de multa que vareiam de 300 (trezentas) a 600 (seiscentas) UFM (Unidade Fiscal Municipal).

Paragrafo Único. Cada reincidência destas infrações sofrera acréscimo de 3 (três) vezes o valor da penalidade anterior.

CAPÍTULO XXXV

Dos Taxis

Art. 341º - É proibido sob pena de multa, além de outras providencias que forem cabíveis aos casos:

I - Parar em pontos que não seja aqueles determinados pela municipalidade;

II - Conduzir o veículo (taxi) sem a licença (alvará) ou com a mesma vencida;

III - Cobrar preços abusivos pelo serviço a não serem os autorizados pela municipalidade;

IV - Conduzir o veículo (taxi) que não seja o permissionário ou seu auxiliar devidamente cadastrado na prefeitura de acordo com o artigo 25 da lei 235/2015;

V - Conduzir o veiculo (taxi) em estado de embriagues;

VI -Utilizar o veiculo (taxi) para propósitos ilícitos;

VII–Manter nos pontos municipais convencionais sempre carros de plantão nos horários determinado pala lei municipal de taxi.

Art. 342º - As infraçõesdas disposições contidas neste capitulo acarretara a imposição de multa que vareiam de 300 (trezentas) a 800 (oitocentas) UFM (Unidade Fiscal Municipal), suspenção ou cassação nos casos subsequentes das **alíneas III ,V e VI.**

Paragrafo Único. Cada reincidência destas infrações sofrera acréscimo de 3 (três) vezes o valor da penalidade anterior.

CAPITULO XXXVI

Dos Motos Taxi

Art. 343º- É proibido sobe pena de multa, além de outras providencias que forem cabíveis ao caso:

I - Parar em pontos que não seja aqueles determinados pala municipalidade;

II - Conduzir a motocicleta (moto taxi) sem a licença (alvará) ou com a mesma vencida;

III - Cobrar preços abusivos pelos serviços a não serem os autorizados pela municipalidade;

IV - Transportar mais de um passageiro por deslocamento;

V - Conduzir a motocicleta (moto taxi) ou transportar o passageiro sem o uso do capacete;

VI - Conduzir a motocicleta (moto taxi) ou transportar passageiro em estado de embriagues

VII - Conduzir a motocicleta (moto taxi) sem o colete determinado pela lei nº 142/2008.

Art. 344º - As infraçõesdas disposições contidas neste capitulo acarretara a imposição de multa que vareiam de 300 (trezentas) a 800 (oitocentas) UFM (Unidade Fiscal Municipal), suspenção ou cassação nos casos subsequentes das **alíneas III** e **VI**.

Paragrafo Único. Cada reincidência destas infrações sofrera acréscimo de 3 (três) vezes o valor da penalidade anterior.

CAPITULO XXXVI

Da Moralidade,Segurança e Sossego Públicos.

Art. 345º- É proibido sob pena de multa, além de outras que forem cabíveis ao caso:

a) - Expor á venda gravuras ou escritos obscenos;

b) - Perturbar o sossego público com ruídos ou sons excessivos e desnecessários;

c) - Manter em funcionamento motores a explosão sem os respectivos abafadores de som;

d) - Usar, para qualquer fim, buzinas, clarins, tímpanos ou campainhas estridentes;

e) - Lançar morteiros, bombas ou fogos ruidosos sem licença da municipalidade;

f) - Fazer propaganda por meio de alto-falantes, bandas de música, fanfarras, tambores, cornetas ou outros meios barulhentos sem prévia licença da municipalidade;

g) - Usar, para fins de anúncio, qualquer meio que contenha expressões ou ditos injuriosos a autoridades ou a moralidade pública;

h)- Usar, para fins de esporte ou jogos de recreio, as vias públicas ou outros logradouros, sem licença da municipalidade;
i) - Fazer fogueiras em quintais.

Parágrafo Único - Apitos ou silvos de sereias de fábricas, máquinas, cinemas e outros, não poderão funcionar por mais de 30 (trinta) segundos, nem tampouco das 22 (vinte e duas) às 6 (seis) horas do dia seguinte.

Art. 346º- A municipalidade determinará, nos termos do Plano Diretor, a localização de indústria ou comércio nocivos ao sossego público e lhes estabelecerá horário e normas de atividade.

Art. 347º - Os proprietários de bares, tavernas e de outros estabelecimentos em que se vendam bebidas alcoólicas, serão responsáveis pela ordem nos mesmos.

Parágrafo Único - As desordens verificadas nos referidos estabelecimentos sujeitarão os proprietários à multa, podendo, na reincidência, conforme a extensão das mesmas, e suas consequências, ser-lhes cassada a licença para funcionamento de seus estabelecimentos.

Art. 348º - Dentro do perímetro da zona urbana, sob pena de multa e apreensão, é proibido soltar pandorgas e semelhantes; nas outras zonas, só é permitido esse recreio infantil em locais onde não existam fios telefônicos ou de luz e força.

Art. 349º– Emqualquer via pública ou outro logradouro, são proibidos os brinquedos que possam causar dano à propriedade alheia, ou a pessoa, ou que embarace o trânsito.

Art. 350º -Sob pena de multa, além da obrigação de ressarcir os danos causados, sem prejuízo de outras penas que couberem, é proibido soltar balões com mecha acesa.

Art. 351º - Das 22 (vinte e duas) às 6 (seis) horas do dia seguinte, quer em particulares, não é permitido algazarra.

Parágrafo Único - Não se considera algazarra o ruído das festas familiares ou de bailes levados a efeito por sociedades organizadas.

Art. 352º- Os veículos automotores não poderão transitar com a descarga aberta.

Art. 353º As infraçõesdas disposições contidas neste capitulo acarretara a imposição de multa que vareiam de 200 (duzentas) a 600 (seiscentas) UFM (Unidade Fiscal Municipal).

Paragrafo Único. Cada reincidência destas infrações sofrera acréscimo de 3 (três) vezes o valor da penalidade anterior.

CAPÍTULO XXXVII

Dos Animais Soltos e da Criação de Animais

Art. 354º - Qualquer animal encontrado solto na via pública será apreendido e recolhido ao depósitomunicipal.

§ 1º - Para reaver animais apreendidos, o dono pagará por cabeça, além da alimentação fornecida, Multa de 50 (cinquenta) a 100 (cem) URM (Unidade de Fiscal Municipal);

§ 2º - A restituição de animais apreendidos só poderá ser efetuada após a vacinação contra a raiva, cobrável do proprietário;

§ 3º - A municipalidade exigirá prova de propriedade quando o animal não for procurado dentro das12 (doze) horas que se seguirem à apreensão.

Art. 355º - Animais de raça fina, bem como os vacuns, cavalares, muares, porcinos, caprinos e ovinos que, apreendidos, não forem procurados no prazo de 15 (quinze) dias, serão vendidos em leilão, sem que aos proprietários assista o direito de qualquer indenização.

Parágrafo Único - Animais comuns serão sacrificados ou doados em pé, preferentemente aos institutos oficiais que produzam vacinas veterinárias se, no prazo de três dias da apreensão, não forem procurados.

Art. 356º - É proibido conduzir nas vias públicas e outros logradouros cães que não estejam convenientemente presos e acoimados, sob pena de multa e ressarcimento dos danos que causarem.

Art. 357° - É obrigatória a vacinação anual de cães, contra a raiva, bem assim, a matrícula, que os cães levarão na coleira, em pequena placa de metal, que deverá conter o carimbo da municipalidade e o número de registro.

Parágrafo Único - No registro da matrícula dos cães, deverão constar o nome e a residência do proprietário e o nome, o número e a raça do cão.

Art. 358° - Cavalares e muares, de tração ou montaria, deverão andar sempre ferrados.

Art. 359° - Na zona urbana não é permitida a instalação de estábulos ou cocheiras, nem a matança de suínos.

Art. 360° - No Município, em locais onde estábulos, cocheiras, aviários, pombais, chiqueiros e semelhantes forem permitidos, deverão ser mantidos higienicamente limpos.

§ 1° - Para a instalação de qualquer das obras referidas neste artigo, faz-se mister licença prévia do Município;

§ 2° - A municipalidade não dará licença para construção quando a obra não estiver projetada nas condições exigidas.
Parágrafo Único–as infrações nas disposições contidas neste artigo acarretara multa que vareiade 50 (cinquenta) a 100 (cem) URM (Unidade de Fiscal Municipal) e obrigação de desmanchar a obra se a mesma estiver construída em desacordo com o Código de Obras ou em zonas proibidas, ou perto da via pública ou de residências.

Art. 361 - É proibido matar ou ferir pombos, aves ou animais decorativos existentes em jardins ou outros logradouros.

Art. 362° - As infraçõesdas disposições contidas neste capitulo acarretara a imposição de multa que vareiam de 300 (trezentas) a 600 (seiscentas) UFM (Unidade Fiscal Municipal)

Paragrafo Único. Cada reincidência destas infrações sofrera acréscimo de 3 (três) vezes o valor da penalidade anterior.

CAPÍTULO XXXVIII

Das Disposições Gerais

Art. 363° - Sob Pena com Multa de 200 (duzentas) a 800 (oitocentas) UFM (Unidade de Fiscal Municipal) é proibido:

a) - Estorvar ou impedir a ação dos fiscais ou autoridades municipais no exercício de suas funções, ou procurar burlar diligências por eles efetuadas;

b) - Desacatar os fiscais ou autoridades municipais no exercício de suas funções;

c) - Recusar-se, salvo legítimo impedimento nos termos da Lei, servir de testemunha.

Art. 364° - A municipalidade, sempre que for necessário, solicitará o concurso da polícia para a boa e fiel execução das posturas, leis e regulamentos municipais.

Art. 365° - Qualquer cidadão, desde que se identifique, poderá denunciar à municipalidade atos que transgridam dispositivos das posturas, leis e regulamentos municipais.

Art. 366° - A municipalidade poderá estabelecer servidão de vista dos lugares de onde se descortinem panoramas de rara beleza.

Art. 367°- As disposições regulamentares a esta lei, que vierem a ser baixadas, passarão a fazer parte integrante deste Código.

Art. 368°- Todo aquele que infringir o disposto neste Código de modo a prejudicar obras públicas, templos religiosos de qualquer confissão, monumentos, colunas e galerias, ou escadarias de viadutos e belvederes, está sujeito à multa que variará de 150 (cento e cinquenta) a 800 (oitocentas) UFM (Unidade de Fiscal Municipal), além da obrigação de ressarcimento do dano causado.

CAPÍTULO XXXIX

Das Disposições Transitórias

Art. 369 - A municipalidade promoverá os entendimentos necessários, junto às autoridades educacionais, militares, imprensa, associação de bairro e de classe e outros, no sentido da mais ampla divulgação dos preceitos deste Código.

Art. 370- Esta Lei entrará em vigor imediatamente após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a lei complementar nº 002/2002 de 26 de dezembro de 2002.

Gabinete do Prefeito de Pacaraima- RR, em 19 de dezembro de 2016.

ALTEMIR DA SILVA CAMPOS
Prefeito Municipal de Pacaraima